

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

**A ALTERNÂNCIA ENTRE O FUTURO DO PRETÉRITO E O PRETÉRITO
IMPERFEITO DO INDICATIVO NA ORAÇÃO PRINCIPAL EM CONTEXTOS
HIPOTÉTICOS NA FALA DE ALAGOANOS**

FERNANDO AUGUSTO DE LIMA OLIVEIRA

Maceió – 2010

FERNANDO AUGUSTO DE LIMA OLIVEIRA

**A ALTERNÂNCIA ENTRE O FUTURO DO PRETÉRITO E O PRETÉRITO
IMPERFEITO DO INDICATIVO NA ORAÇÃO PRINCIPAL EM CONTEXTOS
HIPOTÉTICOS NA FALA DE ALAGOANOS**

Dissertação apresentada ao
programa de Pós- Graduação em
Letras e Linguística da
Universidade Federal de
Alagoas como exigência parcial
para a obtenção do título de
Mestre em Linguística.

ORIENTADOR: PROF. DR. ALDIR SANTOS DE PAULA

MACEIÓ
2010

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- O48a Oliveira, Fernando Augusto de Lima.
 A alternância entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito do indicativo na oração principal em contextos hipotéticos na fala de alagoanos / Fernando Augusto de Lima Oliveira, 2010.
 127. f.
- Orientador: Aldir Santos de Paula.
 Dissertação (mestrado em Letras e Linguística: Lingüística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2010.
- Bibliografia: f. 120-126.
1. Língua portuguesa – Variação. 2. Língua portuguesa – Verbos. 3. Língua portuguesa – Tempo verbal. I. Título

CDU: 806.90-25

TERMO DE APROVAÇÃO
FERNANDO AUGUSTO DE LIMA OLIVEIRA

Título do trabalho: "A ALTERNÂNCIA ENTRE O FUTURO DO PRETÉRITO E O PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO NA ORAÇÃO PRINCIPAL EM CONTEXTOS HIPOTÉTICOS NA FALA DE ALAGOANOS"

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRE em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Dr. Aldir Santos de Paula (PPGL/UFAL)

Examinadores:



Prof. Dra. Maria Inez Matoso Silveira (PPGL/UFAL)



Prof. Dra. Adna de Almeida Lopes (CEDU/UFAL)

Maceió, 10 de fevereiro de 2010.

Esta pesquisa foi financiada por
uma bolsa do CNPq.

Agradeço a Deus por ter me
dado forças para o término desta
dissertação.

Aos meus queridos pais Manoel
Messias e Maria de Fátima e a
minha estimada esposa Thaise
Tenório, muito obrigado pelos
momentos de incentivo.

AGRADECIMENTOS

A DEUS, grandioso Pai e mantenedor.

Aos queridos *pais*, pela presença constante em minha vida tanto estudantil quanto profissional. Pais, sem vocês nada disto seria possível. Obrigado!

Aos meus tios *Haroldo* e *Beni*, por TUDO o que me proporcionaram durante todo o meu período estudantil até hoje.

Ao meu orientador *Aldir Santos de Paula*, pelos incentivos, apoio, companhia e compreensão nos momentos decisivos desta dissertação.

À professora *Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante*, pelo incentivo ao iniciar meus preparos para a seleção do Mestrado em 2008.

A minha querida companheira, esposa, *Thaise Tenório*, pelos momentos em que com suas palavras de incentivo suavizavam o peso dos dois anos em que estive desenvolvendo esta dissertação.

As minhas queridas tias *Vera*, *Guida*, *Ethel*, *Socorro*, *Vandete Soriano* e primos *Henrique*, *Homero*, *Hermane*, pela confiança e apoio a mim depositados durante toda a minha vida estudantil.

A minha querida amiga e companheira de estudos *Jeylla Salomé*, pelos momentos de discussão no desenvolver da dissertação.

Aos meus estimados companheiros do grupo PET (Programa de Educação Tutorial), da UFAL, *Renata Livia*, *Solyany Salgado*, *Emanuelle Albuquerque*, que desde a graduação até o Mestrado caminhamos juntos em espírito de companhia e amizade.

A minha irmã *Lorena*, pelo apoio e confiança a mim depositados.

A toda *Igreja Adventista do Sétimo Dia do Alto do Céu e Canaã*, pelas orações e incentivos.

Aos queridos amigos *Marcelo Sibaldo* e *Adeilson Sedrins*, pelos momentos de discussão e pelos livros concedidos durante a escrita desta dissertação.

Aos que fazem parte da Biblioteca Setorial da Pós-Graduação em Linguística, em especial ao *Judson* pela dedicação a mim oferecida toda vez que ia em busca de algum livro.

A todos que de alguma forma contribuíram no meu desenvolvimento e que não estão no corpo deste agradecimento.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a variação entre o futuro do pretérito (FP) e o pretérito imperfeito do indicativo (PII) na oração principal em contextos hipotéticos na fala de alagoanos. Seguimos como pressuposto teórico/metodológico o da Teoria da Variação Linguística, representado por William Labov (1972), uma vez que a variação é algo inerente à língua, já que ela é indissociável da comunidade que a fala e não existe comunidade linguística homogênea (BELINE, 2003). A alternância entre os tempos verbais (FP) e (PII) se torna possível pelo fato de esses verbos compartilharem a possibilidade de manifestar traços de aspecto inconcluso. O que nos intriga é (são) o (s) motivo (s) que leva (m) o falante a optar por uma forma ou outra. Partimos da hipótese de que o (PII) suplanta o (FP) na oração principal em contextos hipotéticos, na língua falada. Nesta dissertação buscamos, portanto, verificar quais variáveis linguísticas e não linguísticas são estatisticamente significativas na rodagem do VARBRUL para a variável dependente. Para tanto, selecionamos como fatores externos: a idade, o sexo e a escolaridade; e como fatores internos: o paralelismo formal e a ordem da sentença.

Palavras – chave: Teoria da Variação Linguística, Futuro do Pretérito e Pretérito Imperfeito do Indicativo.

ABSTRACT

The goal of this work is the study of the alternation between two verb tenses – Futuro do Pretérito (“Future of Past” Tense) and Pretérito Imperfeito of the Indicativo (Imperfect Tense) – in main clauses of hypothetical contexts in the speech of alagoanos (people who live in Alagoas, in the northeast of Brazil). We adopt as the theoretical and methodological framework the theory of Linguistic Variation (LABOV, 1972). The alternation between these two verb tenses becomes possible because of the fact that these tenses share the property to refer to unfinished/unbounded events/actions. What puzzles us is the reason(s) that makes a speaker choose one or another verb tense. We start from the hypothesis that the Imperfect Tense supersedes the Future of Past Tense in main clauses of hypothetical contexts of spoken language. In this dissertation we intend to verify what linguistic and non-linguistic variables are statistically significant in terms of VARBRUL for the dependent variable. For this purpose, we selected as external factors age, gender and educational level; and as internal factors we selected the formal parallelism and the order of the clause.

Keywords: Linguistic Variation Theory, Future of Past Tense, Imperfect Tense.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. APARATO TEÓRICO	21
1.1. INTRODUÇÃO	21
1.2. A CONCEPÇÃO DE LÍNGUA COMO SISTEMA HOMOGÊNEO EM SAUSSURE	22
1.3. A SOCIOLINGUÍSTICA E A SUA CONTRIBUIÇÃO À LINGUÍSTICA	26
1.4. A HETEROGENEIDADE LINGUÍSTICA NUMA PERSPECTIVA LABOVIANA	30
1.5. O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO	34
1.6. AS CATEGORIAS DE TEMPO, ASPECTO, MODALIDADE E REFERÊNCIA EXPRESSAS PELOS FP E PELO PII	37
1.6.1. A EXPRESSÃO DO TEMPO EM PORTUGUÊS	37
1.6.2. A EXPRESSÃO DA NOÇÃO DE ASPECTO EM PORTUGUÊS	45
1.6.2.1. Noções não aspectuais, mas ligadas ao aspecto	48
1.6.2.2. Os aspectos expressos pelo pretérito imperfeito do indicativo	49
1.6.2.3. O aspecto e o futuro do pretérito	50
1.6.2.4. O aspecto e os tempos do subjuntivo	51
1.6.3. A IMPORTÂNCIA DAS NOÇÕES DE MODO E MODALIDADE	51
1.6.3.1. Indicativo <i>versus</i> subjuntivo	52
1.6.3.2. Pretérito imperfeito <i>versus</i> futuro do pretérito	53

1.6.4. PONTO DE REFERÊNCIA	56
1.7. O FUTURO DO PRETÉRITO (FP) E O PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO (PI) SEGUNDO ALGUNS GRAMÁTICOS.....	59
1.7.1. A gramática descritiva de Perini (1996)	59
1.7.2. A gramática de Melo (1978)	61
1.7.3. A gramática de Bechara (1999)	61
1.8. PESQUISAS REALIZADAS NO ÂMBITO VARIACIONISTA	62
1.8.1. A pesquisa de Sousa (2007)	62
1.8.2. O estudo de Barbosa (2005)	66
1.8.3. A proposta de Costa (1997)	67
1.8.4. A pesquisa de Silva (1998)	70
1.8.5. O trabalho de Hirata (1998)	72
1.8.6. O estudo de Travaglia (1985)	73
1.8.7. CONCLUSÃO	74
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	76
2.1. INTRODUÇÃO	76
2.2. A PESQUISA SOCIOLINGUÍSTICA	76
2.3. TRÊS FASES EM ANÁLISE QUANTITATIVA	81
2.4. OBJETIVOS E HIPÓTESES DA PESQUISA	82
2.5. O CORPUS DA PESQUISA E A ANÁLISE QUANTITATIVA	84
2.6. ENVELOPE DE VARIAÇÃO	86
3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	93
3.1. VARIÁVEL DEPENDENTE	94

3.2. VARIÁVEIS ESTATISTICAMENTE SIGNIFICATIVAS	96
3.2.1. Escolaridade x variável dependente	97
3.2.2. Ordem da sentença x variável dependente	100
3.2.3. Idade x variável dependente	104
3.2.4. Sexo x variável dependente	107
3.3. VARIÁVEL ESTATISTICAMENTE NÃO SIGNIFICATIVA	109
3.3.1. Paralelismo formal x variável dependente	110
3.4. CONCLUSÃO	115
4. CONCLUSÕES GERAIS	116
REFERÊNCIAS	121

TABELAS

Tabela 1: Os três momentos relevantes para a distinção dos <i>tempora</i> de uma língua natural	40
Tabela 2: Guia de perguntas para a formação do <i>corpus</i> da pesquisa	80
Tabela 3. Classificação das nomenclaturas das siglas dos grupos de fatores	86
Tabela 4: Total de ocorrências de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito do indicativo	95
Tabela 5: Escolaridade X Variável dependente	98
Tabela 6: Peso relativo do fator escolaridade	99
Tabela 7: Ordem da sentença X Variável dependente	101
Tabela 8: Peso relativo do fator ordem da sentença	103
Tabela 9: Idade X Variável dependente	104
Tabela 10: Peso relativo do fator idade	106
Tabela 11: Sexo X Variável dependente	107
Tabela 12: Peso relativo do fator sexo	109
Tabela 13: Paralelismo Formal X Variável dependente	111
Tabela 14: Peso relativo do fator paralelismo formal	113

GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição geral da alternância dos verbos	95
Gráfico 2: Escolaridade X Variável dependente	98
Gráfico 3: Ordem da sentença X Variável dependente	102
Gráfico 4: Idade X Variável dependente	105
Gráfico 5: Sexo X Variável dependente	108
Gráfico 6: Paralelismo formal X Variável dependente	112

INTRODUÇÃO

No início do século XX, surge um novo tipo de estudo que visa descrever a língua num dado momento histórico sincronicamente imutável, tendo como precursor Ferdinand de Saussure que dá à Linguística o “status” de ciência, ponderando “que a Linguística tem por único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (SAUSSURE, 2005 [1916], p. 271).

Em “seu” livro, denominado de Curso de Linguística Geral (1916), Saussure afirma que na língua não há senão diferenças. Dizer isso talvez implique assumir, segundo Domingos (2004, p. 11), que a língua é heterogênea, porque, assim, não seriam permitidas várias maneiras de expressar um mesmo conteúdo, sentimento, vontade, etc., enfim, haveria uma só forma de expressão, o que não é possível, uma vez que não se pode impedir que haja mais de uma maneira de representar e/ou dizer a mesma coisa, “todas as línguas apresentam um dinamismo inerente, o que significa dizer que elas são heterogêneas” (MOLLICA, 2003, p. 9).

Assim, diferentemente da Linguística unificante de Saussure que define a língua como um sistema de formas linguísticas compartilhadas pelos membros de determinada comunidade linguística e, portanto, homogênea, Labov (1972), por sua vez, estuda a linguagem em seu contexto social, sendo, deste modo, heterogênea, uma vez que sofre influências não só de fatores linguísticos, mas também de fatores externos à língua.

Por ser a língua empregada por tão grande quantidade de indivíduos, em inúmeras e diferentes situações de uso, é de se esperar que ela não se apresente de forma estática. Isso implica assumir que condicionantes sociais, regionais e as diversas situações em que a língua se realiza determinam a ocorrência de variações (BARBOSA, 2005, p. 12).

Para melhor entendimento do fenômeno de variação investigado nesse trabalho, faz-se necessário apresentar como a alternância entre as formas de futuro do pretérito (doravante FP) e do pretérito imperfeito do indicativo (doravante PII) é apresentada, descrita, nas Gramáticas Tradicionais do Português.

Ao consultar uma Gramática Tradicional da Língua Portuguesa (cf. MELO, 1978; BECHARA, 1999), vemos que o pretérito imperfeito do indicativo é definido como um tempo que expressa uma ação habitual ocorrida em um intervalo de tempo passado, ao passo que o futuro do pretérito é caracterizado por noções de hipótese, incerteza ou futuro relativo a um momento passado.

Em geral, as gramáticas não abordam o emprego do pretérito imperfeito do indicativo pelo futuro do pretérito satisfatoriamente, pois não a apresentam de maneira clara como, quando e em quais circunstâncias pode-se empregar um tempo verbal pelo outro. Alguns gramáticos como Melo (1978), Bechara (1999) e até mesmo o descritivista Perini (1996) afirmam que um tempo pode ser substituído por outro, de acordo com os valores semânticos em que as ocorrências aparecem. Entretanto, há outros, como Rocha Lima (1994), que não faz menção à alternância dessas formas.

Diz Haiman (1978) *apud* Moura Neves (1999, p. 497) que não há uma explicação satisfatória, nem filosófica, nem muito menos linguística para as construções condicionais das línguas naturais, e que, na falta dessa definição, o único critério para a identificação dos membros da classe é a forma superficial: em inglês, a conjunção *if*, nas outras línguas, as construções correspondentes. Desse modo, de acordo com Moura Neves (1999), em português, a análise dessa classe de construções se representaria na análise das orações iniciadas por *se*.

A alternância entre os tempos verbais do pretérito imperfeito do indicativo e do futuro do pretérito se torna possível pelo fato de esses verbos compartilharem a possibilidade de manifestar traços de aspecto inconcluso. O que nos intriga é (são) o (s) motivo (s) que leva (m) o falante a optar por uma forma ou por outra.

Segundo Tarallo, o universo da língua “se configura como um campo de batalha em que duas (ou mais) maneiras de dizer a mesma coisa (chamadas variantes linguísticas) se enfrentam em duelo de contemporização por sua subsistência e coexistência” (1997, p. 5).

A Teoria da Variação Linguística visa analisar e sistematizar variantes linguísticas usadas por uma mesma comunidade de fala. No meio social, coexistem variantes, e deve-se analisar o uso mais provável de uma ou outra (TARALLO, 1997, p. 6). De acordo com esse autor, a variante considerada padrão é, ao mesmo tempo, conservadora e, geralmente, aquela que goza do prestígio linguístico na comunidade, enquanto as variantes inovadoras, na maioria das vezes, são não-padrão e estigmatizadas pelos membros da sociedade (TARALLO, 1997, p. 12).

Todavia isso parece não se verificar de forma tão marcada no fenômeno aqui estudado. Os falantes reagem naturalmente tanto a uma quanto a outra variante. É provável que o interlocutor considere positivamente aquele que utiliza em seu discurso o futuro do pretérito, porque mostra uma fala de elevado prestígio social – o que não implica dizer que vá estigmatizar aquele que utiliza o pretérito imperfeito do indicativo para a expressão da hipótese, tendo em vista o largo uso que se faz desta última forma, principalmente, parecidos, em contextos informais de fala.

As diferenças perceptíveis no Português do Brasil (doravante PB), como a de qualquer língua, é fato indiscutível, reconhecido não só por estudiosos que se preocupam em estudar a língua em suas diferentes concepções, mas também por seus próprios usuários

que se “deparam” com a heterogeneidade linguística. Dentre as várias possibilidades de variação em estruturas sintáticas da língua portuguesa, interessamo-nos pela alternância que ocorre na oração principal entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito do indicativo em contextos hipotéticos, no português informal falado em Maceió, como exemplificado nas sentenças em (1)¹:

1. a. *Procuraria a justiça e ia* denunciar. (1msiny)
- b. Se elas não fossem tão boas como nós eu acho que eu *ia* correr. (1msawc)
- c. Se eu ganhasse e tivesse a oportunidade mais de milhões com certeza *seria* o primeiro milhão dar a casa Dom Bosco. (1msiwc)

A partir dos exemplos em (1), podemos verificar que na sentença (1.a) o falante alternou dois tempos verbais: o primeiro, no futuro do pretérito e o segundo, no pretérito imperfeito do indicativo. Na sentença (1.b), verificamos que o verbo é usado apenas no pretérito imperfeito do indicativo. Já na sentença (1.c), o verbo é usado no futuro do pretérito. A partir dos exemplos acima, podemos constatar que as formas de FP e de PII estão em alternância, fato este pode ser verificado nas frases acima, uma vez que em uma mesma sentença encontramos a alternância das duas formas verbais (ver exemplo 1.a).

No que diz respeito a essa alternância, poucos autores explicam a diferença de sentido expressa por um tempo como forma substitutiva do outro. Porém quando há essa preocupação, ela não passa de uma nota sem maiores explicações (MELO, 1978; BECHARA, 1999; CUNHA E CINTRA, 1985; CEGALLA, 1979).

¹ Exemplos retirados do *corpus* da pesquisa. As siglas correspondentes aos grupos de fatores são explicadas na tabela 13.

Dessa forma, fica claro que este assunto merece mais estudos e reflexões, uma vez que se observa que os gramáticos tendem a estabelecer uma relação com a modalidade oral da língua e com o registro coloquial, informal, familiar, ou como estratégia de polidez no que se refere à alternância entre o FP e o PII na oração principal em contextos hipotéticos.

Sem nenhuma explicação linguística satisfatória, surge-nos, portanto, os seguintes questionamentos: há uma tendência de o pretérito imperfeito do indicativo suplantar o futuro do pretérito na oração principal em construções hipotéticas? E, havendo essa maior ocorrência do pretérito imperfeito do indicativo em detrimento ao futuro do pretérito, quais fatores linguísticos e não-linguísticos condicionam uma maior incidência no uso de uma forma verbal em detrimento da outra forma verbal?

Tendo em vista a grande ocorrência desse fenômeno na fala de alagoanos e a escassez de estudos a respeito dessa alternância verbal em Maceió, pareceu-nos importante realizar um estudo sistemático. Assim, para a constituição do *corpus* selecionamos 48 informantes e tomamos como fatores extralinguísticos a serem observados a variável idade, a variável sexo e a variável escolaridade e como fatores linguísticos a ordem dos constituintes e o paralelismo formal, a fim de verificarmos a influência de tais fatores na realização da alternância estudada.

Assumindo a concepção de que a língua é dinâmica e heterogênea, consideramos o estudo dessa alternância representativo de uma comunidade linguística e, por conseguinte, relevante. O presente trabalho foi desenvolvido seguindo os parâmetros teórico - metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008), segundo a qual a variação é algo inerente à língua, já que ela é indissociável da comunidade que a fala e não existe comunidade linguística homogênea, uma vez que é no contato linguístico com outros falantes de sua comunidade que o indivíduo vai encontrar os limites para a variação

individual. Assim, por estar inserido numa comunidade, deverá haver semelhanças entre a língua que ele fala e a que os outros membros da comunidade falam (BELINE, 2003, p. 128).

Para desenvolver o estudo proposto, estruturamos o trabalho da seguinte forma: nesta introdução foi apresentada à problemática do fenômeno em estudo, bem como as justificativas da pesquisa e seu arcabouço teórico.

No capítulo 1, o fenômeno é abordado sob uma perspectiva que privilegia a análise da linguística em uso e que concebe a gramática/fala como dinâmica e maleável às mudanças em curso. O quadro teórico da pesquisa é, então, o da Teoria da Variação Linguística ou da Sociolinguística Quantitativa. Discorreremos, também, sobre o Estruturalismo de Saussure, a Teoria Gerativa Chomskyana e sobre o Funcionalismo Linguístico. Em seguida, são apresentadas as explicações gramaticais sobre o fenômeno e algumas pesquisas realizadas no Âmbito Variacionista. Apresentamos também, neste capítulo, uma discussão sobre as categorias tempo, aspecto, modalidade e ponto de referência (TAMR), inerentes à proposta da presente pesquisa, uma vez que lidamos diretamente com essas categorias.

O capítulo 2 é destinado à apresentação do aparato metodológico desta pesquisa com uma descrição dos grupos de fatores analisados bem como as hipóteses e os objetivos que nos levaram a usá-los.

No capítulo 3, é apresentada a descrição e análise do fenômeno proposto.

E, por fim, fazemos as nossas conclusões a respeito da alternância entre o FP e o PII na oração principal em construções hipotéticas.

CAPÍTULO 1

APARATO TEÓRICO

1.1. INTRODUÇÃO

Como é desenvolvido, nesta pesquisa, um estudo sobre a variação que ocorre na oração principal entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito do indicativo em contextos hipotéticos, o presente trabalho está amparado pelos princípios que regem os pressupostos básicos da Sociolinguística Laboviana, conhecida como Teoria da Variação Linguística, com base no trabalho de William Labov (1972).

A Sociolinguística Quantitativa preocupa-se com o estudo da linguagem relacionada à sociedade, tendo como objeto de estudo a variação linguística, passível de ser descrita e analisada cientificamente, seguindo o pressuposto de que as diferentes formas de usar a língua são resultado de influências de fatores estruturais e sociais. "Tais fatores são também referidos como variáveis independentes, no sentido de que os usos de estruturas linguísticas são motivados e as alternâncias configuram-se, portanto, sistemática e estatisticamente previsíveis" (MOLLICA, 2003, p. 10).

Tal concepção teórica trata, especialmente, da interação entre o uso da língua e a organização social desse comportamento, incluindo, todavia, não somente o uso da língua como tal, mas também as atitudes linguísticas, o comportamento manifesto em relação à língua e em relação àqueles que fazem uso dela. Para chegarmos à teoria-base desta pesquisa, partiremos da concepção unificante e estruturalista de Saussure, que vê a língua como um sistema sincronicamente imutável, ou seja, homogêneo.

1.2. A CONCEPÇÃO DE LÍNGUA COMO SISTEMA HOMOGÊNEO EM SAUSSURE

O ato inaugural da linguística moderna se dá a partir da publicação, em 1916, do Curso de Linguística Geral (doravante CLG)², três anos depois da morte de Ferdinand de Saussure. Ao contrário do que se poderia imaginar, tratando-se de uma das obras mais importantes da Linguística, o volume não foi escrito por Saussure (cf. PIETROFORTE, 2003: 77). Trata-se de uma edição elaborada a partir de anotações de aula de seus alunos: Ch. Bally, A. Sechehaye, e A. Riedlinger.

Neste livro, são apresentados os princípios da concepção de língua como estrutura que dá *status* de ciência à Linguística, centrando seus estudos na língua considerada em si mesma e por si mesma. Segundo Lucchesi (2004), “a aplicação ulterior dessa concepção na análise efetiva dos fatos linguísticos e o consequente refinamento metodológico resultaram no que se definiu como Estruturalismo”. Com o advento do estruturalismo, “a língua passa de um enfoque eminentemente histórico e atomístico para uma abordagem que aspira à globalidade da língua enquanto estrutura” (*op. cit.*).

No que diz respeito ao grande mérito de Saussuriano, Lucchesi (2004) diz que está no seu caráter metodológico, uma vez que antes de postular suas teorias científicas realizava um trabalho metodológico preliminar tendo em vista que o termo língua tinha, para alguns linguistas, um determinado sentido, para outros, já adquiria conotação totalmente diversa. Já que a Linguística ressentia-se de uma linguagem equívoca, Saussure necessitava de uma linguagem unívoca (homogênea, com uma única interpretação), de uma metalinguística, isto é, “de uma nova linguagem para expressar suas elucubrações”. Por isso, Saussure “limpa o terreno” para poder trabalhar e estabelece um esquema que,

² Sigla referente ao livro de Saussure intitulado: Curso de Linguística Geral, editado em 1916.

segundo Saussure, é a “forma racional que deve assumir o estudo linguístico” (LUCCHESI, 2004).

Antes de reconhecer qual é o seu único e verdadeiro objeto, Saussure, no CLG apresenta três fases sucessivas da Linguística que seriam: a “Gramática”, a “Filologia” e a “Gramática Comparada”, que, de acordo com Saussure, não conseguiram estabelecer um objeto de estudo para o que se propunham estudar. Uma vez que tais fases não chegaram a constituir a verdadeira ciência da Linguística, pois jamais se preocuparam em determinar a natureza de seu objeto de estudo, já que sem essa operação elementar, uma ciência é incapaz de estabelecer um método para si própria (SAUSSURE, 2005 [1916], p. 10).

Embora não haja menção ao termo dicotomia no texto do Curso, Saussure discorre sobre algumas dicotomias, tais como: *langue versus parole*, *diacronia versus sincronia*, *significante versus significado* e *relações sintagmáticas versus relações paradigmáticas*. Segundo Saussure (2005 [1916], p. 17):

Língua não se confunde com linguagem, já que ela é uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. Ela é ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteroclítica, pertence a diferentes domínios, é ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence, além disso, ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir em sua unidade. A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação.

A linguagem repousa numa faculdade que nos é dada pela natureza, ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional, que deveria subordinar-se ao instinto natural em vez de adiantar-se a ele. Assim sendo, Saussure separa uma parte do todo linguagem, a língua, e a define como um sistema de normas fixas compartilhadas pelos membros de uma

comunidade linguística, defendendo, dessa forma, que a aprendizagem da língua se dá após várias experiências no contexto social.

Assim, a distinção entre *langue* (língua) e *parole* (fala) é considerada sua dicotomia básica, fundamental. Seguindo esse raciocínio, a língua é estável e imutável num dado momento histórico, ao passo que a fala é heterogênea, sujeita a alterações, não formando sistema de signos regulares entre si.

Saussure afirma e adverte ao mesmo tempo: “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber uma sem a outra” (2005 [1916], p. 16). Através do CLG é possível depreendermos três concepções para língua:

1^a) **A *Langue* como acervo Linguístico:** Para o autor, *langue*, como acervo linguístico é “o conjunto de hábitos lingüísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender”. A *langue*, enquanto acervo, guarda consigo toda a experiência.

2^a) **A *Langue* como instituição social:** “A *langue* para Saussure não está completa em nenhum indivíduo e só na massa ela existe de modo completa, por isso, ela é, ao mesmo tempo, realidade psíquica e instituição social”.

3^a) **A *langue* como realidade sistemática e funcional:** Esse é o conteúdo mais importante do conceito saussuriano a respeito da *langue*. Para ele, a *langue* é, antes de tudo, “um sistema de signos distintos correspondentes a idéias distintas”, é um código, um sistema no qual “de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica”. Ele vê a língua como objeto de “natureza homogênea” e que, portanto, se enquadra perfeitamente na sua definição fundamental: “a *langue* é um sistema de signos que exprimem idéias”.

Saussure (2005 [1916], p. 27) apresenta a *parole* (fala) como sendo multifacetada e heteroclítica, sendo ela “um ato individual da vontade humana e inteligível”. Sendo a língua uma instituição social, socialmente é que devem ser estudados os seus signos, já que

“o signo linguístico é social por natureza”. Logo, nenhum indivíduo tem a faculdade de criar a língua nem a de modificá-la, pois ela é exterior ao indivíduo.

Na dicotomia *Langue versus Parole*, Saussure também separa os fatos de língua dos fatos de fala. Para ele, os fatos de língua dizem respeito à estrutura do sistema linguístico, a medida que os fatos de fala dizem respeito ao uso desse sistema. Segundo o mestre genebrino, a *parole* constitui-se de atos individuais e, por isso, “torna-se múltipla, imprevisível, irreduzível a uma pauta sistemática”. Deste modo, a Linguística, como ciência, só pode estudar aquilo que é recorrente, ou seja, constante, sistemático. Sendo assim, “os elementos da língua podem ser, quando muito, variáveis, mas jamais apresentam a inconstância, a irreverência, a heterogeneidade características da *parole* (fala), a qual, por isso mesma, não se presta a um estudo sistemático”. Como diz Saussure (2005 [1916], p. 27) em seu CLG:

[...] esses dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente: a *langue* (língua) é necessária para que a *parole* (fala) seja inteligível e produza todos os seus efeitos, mas esta (a fala) é necessária para que a língua se estabeleça. [...] Historicamente o fato de fala vem sempre antes (da língua). [...] É a fala que faz evoluir a língua: são impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos linguísticos.

Assim, língua seria um sistema de signos que une não uma palavra e uma coisa, mas sim um significado a um significante, ou seja, o signo não é um conjunto de sons, cujos significados são as coisas do mundo. O signo é a união de um conceito com uma imagem acústica, que não é o som material, físico, mas a impressão psíquica dos sons, perceptível quando pensamos em uma palavra, mas não a falamos (cf. SAUSSURE, 2005).

Deste modo, “não há significante sem significado nem significado sem significante”, pois um significante sempre evoca um significado, enquanto um significante não existe fora dos sons que o veiculam (PIETROFORTE, 2003: 85).

Logo, a língua é a parte “social da linguagem”, exterior ao indivíduo, não pode ser modificada e obedece às leis do contrato social estabelecido por essa comunidade. Ao passo que a fala é um ato individual que resulta de combinações feitas pelos sujeitos falantes utilizando o código da língua.

As ideias saussurianas influenciaram muitos linguistas a descreverem a língua sob diversos aspectos, o que resultou no surgimento de algumas correntes linguísticas, como por exemplo: a Escola Linguística de Genebra, tendo como principal representante Charles Bally; a Escola Linguística de Praga, tendo como principal representante o linguista Roman Jakobson. Portanto, tudo aquilo que ficou fora da delimitação do *corpus* saussuriano se tornou objeto de estudo de diversas correntes linguísticas, como a inclusão da relação entre língua e sociedade, estudada pela Teoria da Variação Linguística, por exemplo.

A Sociolinguística Quantitativa ou Teoria da Variação Linguística rompe com a visão homogênea de língua defendida por Saussure e a apresenta como algo que não pode ser separada do social, logo, heterogênea. Dessa forma, na subseção seguinte será apresentada a contribuição da Sociolinguística aos estudos linguísticos.

1.3. A SOCIOLINGUÍSTICA E A SUA CONTRIBUIÇÃO À LINGUÍSTICA

A grande contribuição do estruturalismo ao estudo da linguagem foi a ênfase dada ao estudo da língua como sistema com padrões que deveriam ser descritos. Para que pudesse ser melhor estudada, ela era considerada estática num certo momento e sua

descrição, como uma fotografia, devia retratar um instante definido, deixando de lado qualquer explicação que levasse em conta qualquer mudança ou evolução. Havia uma separação nítida entre o sincrônico e o diacrônico.

Com seu CLG, Ferdinand de Saussure lança as bases do que posteriormente se desenvolveu no Estruturalismo Europeu com André Martinet e a Escola Fonológica de Praga e no Estruturalismo Americano, com Sapir e Bloomfield.

Foram Sapir (1929) e Bloomfield (1933) que se preocuparam com a descrição de línguas indígenas americanas. Tal fato ocorreu devido às condições em que a linguística americana se desenvolveu, a partir do século XIX. Pelo fato de ainda haver centenas de línguas indígenas não descritas, tais linguistas estavam menos preocupados com “a construção de uma teoria geral da estrutura da linguagem humana na prescrição de firmes princípios metodológicos para a análise de línguas pouco familiares” (cf. WEEDWOOD, 2002, p. 130), não se detendo assim, às categorias de análise das línguas indo-européias.

Foi Bloomfield que, segundo Weedwood (2002, p. 130), preparou o caminho para a fase posterior do que hoje é considerado como “a manifestação mais distintiva do estruturalismo americano”. Ao publicar, em 1933, uma versão intensamente revista e ampliada, do seu primeiro livro de 1914, com novo título *Language*, Bloomfield adota, em sua pesquisa, uma abordagem totalmente Behaviorista do estudo da língua, eliminando, dessa forma, todas as categorias mentais ou conceituais.

A Gramática Gerativa Transformacional surge como outro grande passo no desenvolvimento da Linguística e sua contribuição constitui-se na ênfase dada ao uso de métodos da lógica matemática e por um interesse numa teoria de universais linguísticos. Com seu *Syntactic Structures*, Chomsky (1957) desenvolve o conceito de uma “gramática

gerativa”, através do qual se afasta profundamente das concepções do estruturalismo e do behaviorismo das décadas anteriores.

Para Chomsky e seus seguidores, a dimensão estrutural e estruturante do fenômeno linguístico situa-se crucialmente fora do que pode ser referido por qualquer interpretação da definição saussuriana de língua como fato social. Dessa forma, essa dimensão estrutural e estruturante da língua não devem ser prioritariamente buscadas, “nem na língua como objeto histórico e cultural, nem como um sistema que se depreende indutivamente a partir das constâncias observadas em uma quantidade representativa de atos de fala concretos, e nem mesmo como saber objetivado e transmitido no convívio social” (LUCCHESI, 2004).

Segundo o gerativismo, “a dimensão estrutural e estruturante do fenômeno linguístico situa-se fora de sua dimensão sociocultural, e sim em sua dimensão individual psíquico-biológica. Ela se situa na *faculdade humana da linguagem*; uma faculdade inata, determinada geneticamente e comum a todos os seres da espécie humana” (CHOMSKY, 1985).

A Sociolinguística representa, dentro do campo dos estudos linguísticos, uma nova corrente que reúne conceitos da Linguística e da Sociologia, retomando uma série de oposições como as de língua/fala; uniformidade/diversidade; simplicidade/complexidade; contexto/mensagem; linguagem/ situação e linguagem/homem.

Tal desenvolvimento não foi repentino, mas resultou da expansão da abertura de Saussure que chamou atenção para a função da linguagem como elemento dentro da comunidade, um fato social. Esse ponto de vista foi mais tarde desenvolvido nos Estados Unidos com Sapir (1929) e Bloomfield (1933), afirmando este último em seu livro *Language* que “a diversidade linguística nas sociedades humanas está diretamente relacionada com a densidade de comunicação ou interação verbal entre os falantes”.

O crescente interesse pelos estudos linguísticos ligados à Sociologia e o surgimento, nos Estados Unidos, na década de 50, das obras de Weinreich, Fishman, Labov, Hymes, Gumperz, dentre outros, conferem a tal disciplina um “status” interdisciplinar, daí por diante referido como Sociolinguística.

Dentro deste enfoque, a língua passa agora a ser considerada não apenas como um organismo vivo, mas como um meio de expressão e comunicação entre os membros de uma comunidade. Sob essa nova visão, a língua, como os outros elementos da cultura, submete-se às normas que valem para o grupo e pode tornar-se objeto de um julgamento.

Deste modo, mesmo que as variedades de nossa língua sejam todas adequadas às necessidades dos falantes, todas tenham o mesmo valor como sistema e estrutura, há os grupos de prestígio que influenciam os costumes linguísticos como o fazem com os costumes sociais. Logo, julgamentos como correção, pureza ou importância de uma variedade são simplesmente sociais e as atitudes em relação às variedades diferentes refletem a estrutura social da comunidade.

Para a Linguística, existem variedades diferentes que devem ser descritas, analisadas, mas não há nenhum julgamento de valor. Isto está enquadrado dentro da Sociolinguística. Nesta corrente, a língua falada por um grupo de prestígio terá prestígio, ao passo que a variedade usada por um grupo menos prestigiado socialmente terá também um valor, porém menor.

Uma contribuição muito importante trazida pela Sociolinguística Quantitativa foi o interesse despertado pela reação não manifestada do falante nativo quer à variedade de fala de outros falantes, quer a sua própria. Logo, o que antes não era considerado nos estudos linguísticos, passou a ter um papel especial dentro do contexto total das pesquisas sociolinguísticas.

Sendo apresentada a contribuição da Sociolinguística à Linguística, vejamos, na subseção abaixo, a concepção laboviana de língua.

1.4. A HETEROGENEIDADE LINGUÍSTICA NUMA PERSPECTIVA LABOVIANA

Em presença da distinção estruturalista entre língua *versus* fala, da fala se ocupará a Estilística, ou, mais amplamente, a Linguística Externa. No Curso de Linguística Geral Saussure institucionaliza a distinção entre uma Linguística Interna oposta a uma Linguística Externa. Segundo ele, a Linguística Interna não admite uma disposição qualquer; uma vez que a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria. Ela se consistiria, dessa forma, em tudo aquilo que provoca mudança do sistema em qualquer grau. Já a Linguística Externa, para Saussure, pode “acumular pormenor sobre pormenor sem se sentir apertada no torniquete dum sistema” (LABOV, 2005 [1916], p. 31).

Para Alkmim (2001, p. 22), Saussure privilegia o caráter formal e estrutural do fenômeno linguístico, embora reconheça a importância de considerações de natureza etnológica, histórica e política. Para o mestre genebrino, “o estudo dos fenômenos linguísticos externos é muito frutífero; mas é falso dizer que sem estes não seria possível conhecer o organismo linguístico interno” (SAUSSURE, 2005: 31).

Em relação ao modelo estruturalista e ao enquadramento teórico da Sociolinguística, Lucchesi (2004, p. 83) assume que:

Enquanto o modelo estruturalista assume que a percepção do falante só alcança unidades funcionalmente distintas, considerando exclusivamente à função representacional (o que sustenta a organização estrutural da língua como sistema unitário, homogêneo, constituído por unidades invariantes), no enquadramento teórico da Sociolinguística, a

estrutura da língua não abarca apenas a função representacional, incorporando também os outros elementos variáveis que são percebidos ao nível da consciência do falante, pois comportam uma determinada função na atividade linguística (refletem uma escolha estilística, identificam socialmente o falante, etc.)

Dando continuidade ao pensamento de Lucchesi (2004, p. 184):

O desenvolvimento histórico de uma língua deixa de poder ser representado pela sucessão de sistemas discretos, unitários, homogêneos e autônomos, e passa a ser concebido como contínuo processo de variação e mudança dentro do sistema heterogêneo inserido no contexto sócio-histórico e cultural da comunidade de fala. Supera-se assim, a dicotomia sincronia e diacronia, no sentido que esta havia adquirido no estruturalismo, pois a análise sincrônica da língua fora do devir histórico não encontra mais fundamentação empírica. Em todo momento em que se considere a língua, inclusive na análise de língua no presente, o sistema linguístico deve ser concebido como um sistema de regras e unidades variáveis, como a atualização do contínuo processo de variação e mudança que se opera ao nível da estrutura linguística.

Diante da Linguística estruturante e unificante de Saussure e, conseqüentemente, a não inclusão do uso social da língua, Labov (1972), por sua vez, inclui o social dentro da observação da língua, passando agora a não mais ser vista como homogênea, mas sim sob o ponto de vista heterogêneo.

A Teoria da Variação Linguística apresenta como objeto de estudo a estrutura e evolução da língua dentro do contexto social da comunidade de fala. Interessa-se pela função social e comunicativa da língua e a vê como fator que é determinante na identificação de grupos e na observação de diferenças sociais na comunidade. Ela examina as várias designações de variantes de língua, as quais trazem em seu âmago implicações sociais: níveis de formalidade, variantes regionais, variantes de classes sociais distintas, variantes de agrupamentos sociais distintos, interações entre grupos, etc.

Tal corrente surge como “reação ao mito da homogeneidade linguística defendido por Saussure e Chomsky”; à explicação dos fatos linguísticos através de outros fatos linguísticos e à visão de sincronia como realidade verdadeira e única na linguística, sem lugar para as mudanças, como quer Saussure; “às concepções de comunidade de fala abstrata com falante-ouvinte ideal e à eleição das intuições do linguista como dados de análise, como propõe Chomsky” (Cf. LABOV, 2008 [1972]).

A partir daí, a língua passa a ser estudada pelos sociolinguistas como algo que é dotado de “heterogeneidade sistemática”. Assim, o domínio de estruturas heterogêneas não é questão de uma simples performance, mas parte da competência linguística dos indivíduos, levando à conclusão de que a ausência de heterogeneidade estruturada na língua seria tida como disfuncional (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968).

Esta regularidade e previsibilidade linguística relacionam-se com a visão de que a variação, nas diversas situações comunicativas, não é arbitrária. Ao mesmo tempo em que há variações, “o sistema comunicativo obedece a padrões estruturais e linguísticos, assim, as línguas apresentam as contrapartes fixa e heterogênea de forma a exibir unidade em meio à heterogeneidade” (ALKMIM, 2001, p. 12), isto é, não há falantes produtores, por exemplo, de frases como A blusa menina da é; a variação acontece na sociedade em geral, podendo ocorrer de maneira diatópica (regional), diastrática (social) e diacrônica (histórica).

O ponto de partida dos estudos variacionistas é a comunidade linguística que, segundo Alkmim (2001, p. 28), “é um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos”. Deste modo, essa comunidade se caracteriza não pelo fato de ser constituída por pessoas que falam do

mesmo modo, “mas por indivíduos que se relacionam, por formas comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras”.

Para Mollica (2003, p. 13), quando expressas em eventos de fala, todas as línguas naturais humanas apresentam um dinamismo inerente, o que vale dizer que elas são heterogêneas por natureza. Fato este, Labov (1963) verificou no seu primeiro estudo da mudança em seu contexto social, na comunidade da ilha Martha's Vineyard, no qual analisou o processo de centralização dos ditongos (ay) e (aw). Nesse estudo, Labov procurou enquadrar o processo linguístico no contexto sociocultural da ilha, objetivando instituir, baseado apenas na experiência, “a covariação sistemática entre os padrões linguísticos e sociais”.

Os trabalhos sociolinguísticos iniciaram-se com Labov. O autor realizou algumas pesquisas no campo da fonologia, destacando que as variações entre as formas, consideradas até então como livres, têm seu uso, ao contrário, motivado por fatores sociais e por outros fatores, como estilo (mais ou menos formal), além de fatores estruturais. Em suas pesquisas, o autor mostra que as diferentes maneiras de comunicar têm o mesmo valor de verdade; todavia comportam-se diferentemente quanto a valores de estilo e sociais.

Os resultados de suas pesquisas induziram outros pesquisadores a estenderem o estudo variacionista para outros níveis linguísticos. Esse alargamento, contudo, foi envolto por críticas. “As dificuldades de adaptação do modelo em campos diferentes do fonológico culminaram na grande discussão acerca da manutenção do mesmo significado nas formas alternantes, bem como do estatuto 'sociolinguístico' da regra variável” (cf. LAVANDERA, 1997).

A linguagem humana é regida, essencialmente, pelas normas dos padrões sociais, o que nos permite a existência da relação entre língua e sociedade. Deste modo, por ser um

fator eminentemente social, o sistema linguístico segue as evoluções que ocorrem dentro das comunidades linguísticas de fala.

De acordo com Sapir (1929 *apud* BELINE, 2003, p. 121):

É justamente porque a língua é um tipo de comportamento estritamente social, assim como tudo numa cultura, e também porque ela revela, em suas linhas gerais, regularidades que só o cientista tem o hábito de formular, que a linguística é estratégica para a ciência social. Por trás de uma aparente ausência de regras do fenômeno social, existe uma regularidade na sua configuração que é tão real quanto aquela dos processos físicos do mundo mecânico... Uma língua é, sobretudo um produto social e cultural e como tal deve ser entendida [...] É peculiarmente importante que os linguistas, que são frequentemente acusados – justamente acusados – em falhar de olhar mais além dos padrões de sua matéria de estudo, tornem-se mais conscientes do que a sua ciência pode significar para a interpretação da conduta humana em geral. (Grifos nossos).

Vendo a língua como algo que sofre influência do meio social, podemos assumir que a língua não pode ser somente entendida como algo que está dentro de um sistema fechado de possibilidades, como afirma Saussure e nem como algo abstrato representado por um falante - ouvinte ideal, como é apresentado por Chomsky, já que a língua pode sofrer influências do meio social.

Tomando como base o fato de que a Sociolinguística insere-se dentro de uma perspectiva funcional da língua, vejamos na subseção seguinte um breve apanhado sobre o Funcionalismo Linguístico.

1.5. O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

Analisando a língua em seu funcionamento numa comunidade de fala específica, estamos privilegiando a função comunicativa da linguagem. E, para entender o fenômeno

linguístico enquanto comunicação, é necessário que se estabeleçam correlações entre os mecanismos gramaticais e os contextos discursivos em que se manifestam; em outras palavras, é preciso verificar a gramática-no-texto (Givón, 1990; 1993; 1995).

Na perspectiva funcionalista, a gramática não é vista como um conjunto de regras pré-estabelecidas a que se deve seguir para formar sentenças gramaticais; também não é autônoma, mas dependente do discurso. Ela constitui-se de um conjunto de estratégias que é empregado para se produzir uma comunicação coerente, que transmita o que é necessário para se ter comunicação, constituindo todas as unidades da língua como configurações orgânicas de funções, tendo, assim, cada parte interpretada como funcional em relação ao todo (NEVES, 1997).

A Teoria Funcionalista concebe a língua como um instrumento de comunicação e postula que esta não pode ser considerada como objeto autônomo, mas uma estrutura submetida às pressões provenientes das situações comunicativas, que exercem grande influência sobre sua estrutura linguística (MODESTO, 2006, p. 1). Assim, “o funcionalismo analisa a estrutura gramatical tendo como referência a situação comunicativa inteira: o propósito do ato de fala, seus participantes e seu contexto discursivo” (*op. cit.*).

Uma gramática funcional nunca se estabiliza, derivando daí sempre explicações para os fatos linguísticos de forma associada à situação comunicativa, levando em consideração a cognição, a comunicação, a interação social, a cultura, a variação e a mudança linguística. Organiza-se em função de pressões externas, advindas do discurso, e pressões da própria estrutura e é aí que surge seu caráter não apenas funcional, mas também dinâmico.

Segundo Neves (1997, p. 3):

É funcional porque não faz distinção entre o sistema linguístico e seus mecanismos e as funções que eles têm a preencher é dinâmica porque reconhece e assume a força ativa que está detrás do desenvolvimento da língua, na instabilidade da relação entre estrutura e função.

Uma abordagem funcionalista de uma língua natural sempre tem como objetivo o interesse de verificar como se obtém a comunicação com essa língua, ou como os usuários dessa língua dela se utilizam para se comunicar entre si de maneira eficiente. O que se põe sob análise, diferentemente da teoria chomskyana, é a competência comunicativa. Dessa forma, o funcionalismo leva em consideração na análise toda a situação comunicativa, a saber, o propósito do evento da fala, seus participantes e o contexto discursivo.

Para melhor fundamentar nosso trabalho, além de apresentarmos o aparato teórico que norteia nossa pesquisa, apresentamos também neste capítulo a visão de alguns gramáticos sobre o fenômeno estudado, bem como alguns trabalhos já realizados, nas subseções que se seguem.

1.6. AS CATEGORIAS DE TEMPO, ASPECTO, MODALIDADE E REFERÊNCIA EXPRESSAS PELO FP E PELO PII

Neste capítulo são apresentadas as categorias verbais tempo, aspecto, modalidade e referência. Tais categorias são fundamentais para o entendimento do fenômeno estudado.

1.6.1. A EXPRESSÃO DO TEMPO EM PORTUGUÊS

Estudar uma definição para tempo não é algo atual; o homem sempre se preocupou em defini-lo. De acordo com Corôa (2005, p. 23), é comum encontrarmos em estudos linguísticos a definição tripartida de tempo: o tempo cronológico, o tempo psicológico e o tempo gramatical. Para ela, tempo seria um só e cada um dos três tempos ao mesmo tempo. Já Jespersen (1958), imagina o tempo como uma “dimensão que pode ser representado graficamente por uma linha reta, definindo assim, tempo unidimensional e unidirecional”, sendo essas definições, segundo Corôa, encontradas principalmente na literatura Linguística. Mach (1953) considera esse mesmo assunto (tempo) como “uma abstração na qual chegamos pela mudança das coisas, [...] um movimento uniforme em si mesmo, sem sentido e movimento em relação ao espaço”. Lacey (1972), por sua vez, afirma que “o caráter linear do tempo distingue as noções temporais das espaciais”.

Diante desses teóricos que se preocuparam em estudar a categoria Tempo, a posição mais comum entre os estudiosos da língua seria a apresentada por Santos (1974). O autor ao estudar/definir a categoria Tempo, distingue tempo cronológico, tempo psicológico e tempo gramatical. A primeira categoria de tempo é definida como algo “caracterizado por um ponto em contínua deslocação em direção ao futuro, de duração constante, uniforme e irresistível”. O segundo, tempo psicológico, “não tem duração constante e uniforme porque existe em função do mundo interno do indivíduo: pode parar, retroceder, acelerar-se, etc.” Já, o último, o gramatical, “é caracterizado em português por um radical acrescido dos morfemas típicos”.

A categoria tempo verbal não está universalmente ligada ao tempo, ou seja, a codificação temporal nem sempre é feita pelo tempo verbal. Segundo Domingos (2004)

algumas línguas, como o vietnamita e o birmanês, não possuem morfologia temporal em seus verbos, mas nem por isso deixam de expressar tempo.

Na língua portuguesa, categorias como advérbios (amanhã) e adjetivos (primeiro), por exemplo, podem ter importante papel na interpretação temporal. No entanto, são os verbos que, na maioria das vezes, tanto em nossas gramáticas quanto na consciência do falante, trazem tal carga. Embora muitos gramáticos discutam o caráter dinâmico ou não dos verbos, dentro de uma ou outra teoria linguística, é incontestável a afirmação de que eles estão sempre associados à noção de tempo.

Para Ilari (2001, p. 9), “não há uma correspondência biunívoca entre os recursos expressivos e os conteúdos a serem transmitidos”, pois uma mesma circunstância temporal pode ser expressa por várias outras formas. O autor avalia que “não é fácil separar os valores propriamente temporais das expressões linguísticas de seus valores aspectuais e modais”, porém ao se fazer essa distinção “fica no ar uma sensação de frustração, talvez por que acabam sendo colocadas de lado perguntas instigantes do tipo ‘porque esta forma verbal, com estes valores temporais, e não uma outra qualquer assume precisamente esses valores aspectuais e modais?’ ” (ILARI, 2001, p. 10).

Não são poucas as línguas que incorporam o conceito de palavra temporal ao verbo. Nas línguas românicas, em especial, “o verbo é tão diferenciado pelos morfemas temporais que o falante/ouvinte pode se situar temporalmente, quanto aos desenvolvimentos das ações, eventos ou processos, sua ordenação e sua posição com respeito a si mesmo” (Cf. CORÔA, 2005, p. 33).

Segundo Corôa (2005), a partir de Reichenbrach, os estudos sobre os *tempora* verbais têm girado sempre em torno desses três “pontos” temporais: o momento do evento (ME), momento da fala (MF) e momento de referência (MR) que servem de apoio ou limite

para sua definição. Foi, então, Reichenbrach (1948 [1947]) o primeiro lógico a formalizar uma interpretação temporal das línguas naturais, determinando uma linha do tempo. Essa repartição na linha do tempo dá suporte para linguistas de várias gerações, como Baumagärtner & Wurnderlish (1969, apud CORÔA, op. cit, p. 36), os quais chamam os três elementos de tempo da fala, tempo da ação e tempo da referência, definindo-os em função de um intervalo de tempo cronológico.

Seguindo as definições apresentadas por Reichenbrach, Ilari (1997: 13) recorre à nomenclatura de Reichenbrach, que, para ele, "é bastante próxima das intuições do falante e se aplica bem ao português". Fiorin (1996) reconhece também os três pontos na linha do tempo (ME, MF e MR). Dos três pontos reconhecidos pelos linguistas, para Matos (1996, p. 443) "o ponto de referência torna-se imprescindível quando se pretende situar temporalmente o evento, não só relativamente ao tempo da fala, como relativamente a outro(s) evento(s)".

Vejamos agora as definições dos três momentos³ relevantes para a distinção dos *tempora* de uma língua natural⁴.

³ Tomamos a explicação que Corôa dá ao citar tal questão: "Em uma teoria relativa de tempo, como já vimos, não há 'momentos' como primitivos; usamos aqui o termo como esquematização das relações entre eventos".

⁴ Os "momentos" relevantes para a distinção dos *tempora*, bem como suas definições também foram extraídos do livro de Corôa (p. 41).

MOMENTO DO EVENTO (ME)	É o momento em que se dá o evento (processo ou ação) descrito; é o tempo da predicação.
MOMENTO DA FALA (MF)	É o momento da realização da fala; o momento em que se faz a enunciação sobre o evento (processo ou ação); é o tempo da comunicação.
MOMENTO DA REFERÊNCIA	É o tempo da referência; o sistema temporal fixo com respeito ao qual se definem simultaneidade e anterioridade; é a perspectiva do tempo relevante, que o falante transmite ao ouvinte, para a contemplação do ME.

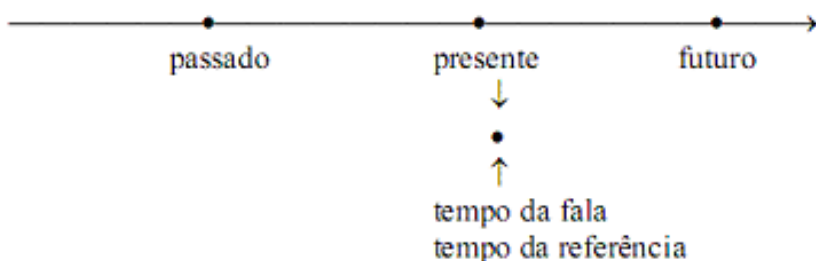
Tabela 1: Os três momentos relevantes para a distinção dos *tempora* de uma língua natural.

Em concordância com os pensamentos de Corôa (p. 45), seguimos seus comentários a respeito dos “momentos” apresentados acima:

Com esta definição de MR, podemos perceber, por exemplo, que o *tempus* chamado de presente histórico ou dramático não representa nenhuma exceção no emprego dos *tempora*: o falante leva o ouvinte a contemplar os eventos narrados de uma perspectiva que vai além do tempo gasto na enunciação. Podemos perceber, também, que é o MR que mais se aproxima do *tempo psicológico* de quem falam os estudiosos da língua, aquele tempo que pode retroceder, parar, acelerar-se e “violar” a ordem cronológica das coisas e dos fatos. Na realidade, embora o MR possa se identificar com alguma indicação mais concreta que apareça no texto, como datas, por exemplo, sua caracterização está mais próxima deste tempo psicológico, maleável e livre, que o falante e o ouvinte reconhecem como sistema de referência temporal em que ocorrem tanto o MF quanto o ME.

Para Lyons (1977: 677), tempo verbal “é uma categoria dêitica, bem como uma categoria que também pode ser depreendida da sentença”. Fato este que pode ser exemplificado ao traduzir línguas, como vietnamita e o birmanês, por exemplo, porque mesmo sem apresentar valor temporal no verbo há no contexto noções de temporalidade.

Givón (1993: 285-286) no que se refere à categoria tempo verbal, envolve codificação sistemática de relação entre dois pontos ao longo da ordenação linear sendo denominados como tempo de referência e tempo do evento. Dessa forma, em concordância com as idéias de Domingos (2004), formas verbais que têm como tempo de referência o tempo de fala, são chamadas de tempos absolutos, cuja representação é apresentada em (2)⁵:



Tal representação gráfica pode ser representada pelas seguintes frases segundo (GIVÓN, 1993 *apud*, DOMINGOS, 2004):

- a) Passado: Ela viu a baleia.
- b) Futuro: Ela verá a baleia.
- c) Presente: Ela está vendo a baleia.
- d) Habitual: Ela sempre vê a baleia.

Em detrimento às formas verbais denominadas de tempos absolutos, nomenclatura vista acima, aos tempos cujas formas verbais têm como tempo de referência algo que preceda ou suceda o tempo da fala são chamados tempos relativos.

⁵ Essa representação é retirada da dissertação de Domingos (2004).

Voltando mais uma vez à noção de tempo absoluto e tempo relativo, diz-se que os tempos absolutos têm o momento de fala como ponto de referência, porém tal definição é ilusória, pois para Coan (2003, p. 89): “a referência de tempo absoluto é impossível”. Para sustentar tal afirmação Coan (2003) segue o pensamento de Comrie (1986) que diz “o único modo de localização de uma situação no tempo é relativo a algum outro ponto no tempo já estabelecido” (ibidem, p. 89). Assim sendo, para ela o chamado tempo verbal absoluto é aquele que inclui como parte de seu significado o momento presente como centro dêitico.

Os tempos relativos têm como ponto de referência algum outro ponto, dado pelo contexto. Tais tempos podem ser representados por formas verbais finitas e não-finitas, sendo que aquelas indicam um tempo relativo-absoluto. Dentre essa afirmação tomamos como citação as idéias de Coan (2003):

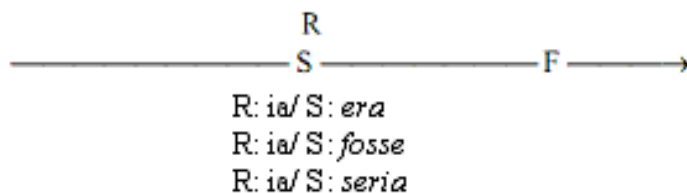
Combina localização de tempo absoluto de um ponto de referência com localização de tempo relativo de uma situação. A existência de tempo verbal relativo-absoluto decorre da existência de um ponto de referência antes ou depois do momento da fala e da localização da situação anterior, simultânea ou posteriormente a esse ponto.

Dando continuidade, seguimos agora as idéias apresentadas no que diz respeito aos tempos naturais por MATEUS et alii (1983, p. 104) que dizem:

No Português, os tempos naturais são o presente, o passado e o futuro que exprimem uma ordenação do intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito relativamente ao intervalo de tempo em que ocorre a enunciação definida, respectivamente, pela relação de simultaneidade, anterioridade e posterioridade. Em enunciados descrevendo mais do que um estado de coisas a ordenação temporal é mais complexa, visto que os estados de coisas descritos são ordenados relativamente ao momento da enunciação, mas para, além disso, são ordenados uns relativamente aos outros.

Dessa forma, nem todos os tempos são relativos unicamente ao tempo de fala. Há outras relativizações no interior do enunciado (DOMINGOS, 2004). No que diz respeito a esta pesquisa, no domínio temporal em estudo, o momento da situação, que tem como representação as formas em concorrência (FP e PII), ou seja, representado pelas formas verbais *era/seria*, que representam o tempo passado em orações subordinadas, apresenta-se numa situação de referência R contemporânea a ele, logo, também passado (forma representada pelo verbo da oração principal). Dessa forma, o tempo verbal da oração subordinada caracteriza-se como uma forma relativo-absoluta, uma vez que é relativo à situação da oração principal, cujo verbo funciona concomitantemente como R para a variável em estudo e como S em relação ao momento da fala, ao qual se apresenta como tempo absoluto⁶. Vejamos agora a respectiva representação:

- (3) “Acho que a primeira coisa que eu *ia* fazer no mundo *era* pegar o bandido”
(ANG, M, F, I3).



Em (3), R *ia* tem funcionamento duplo: como R em relação a S *era* e como S em relação a F (momento da fala). Por isso, fala-se no denominado tempo relativo-absoluto. Sendo o *corpus* desta dissertação também composto por contextos com orações

⁶ Nesta dissertação, optaremos pela nomenclatura adotada por COAN (1997 e 2003): momento de referência (R), momento da situação (S) e momento da fala (F). Segundo a autora, é preferível substituir ME (momento do evento) por MS, visto que nem sempre se trata de um evento; há também condições, estados, desejos, etc; tendo em vista que a palavra 'situação' é mais abrangente que 'evento'.

subordinadas, vejamos o que alguns autores apresentam a respeito dos tempos verbais nesses contextos de uso.

Segundo Fiorin (1996, p. 183), "o tempo verbal das orações subordinadas é condicionado pelo tempo da principal, havendo, assim, uma concordância de tempos".

Neste caso, segundo o autor:

Os tempos no indicativo são usados, seja nas orações principais, seja nas subordinadas, para exprimir a concomitância ou não-concomitância (anterioridade ou posterioridade), quer em relação ao momento da enunciação, quer em relação a um marco temporal pretérito ou futuro colocados no enunciado. Então, o tempo deve ser compatível com o momento de referência. (p. 84)

No que diz respeito à classificação das orações substantivas, adjetivas e adverbiais, para Ilari (1997, p. 69) "não fornece pistas confiáveis sobre o uso dos morfemas de tempo em orações subordinadas, já que este pode diferir, entre subordinadas de um mesmo tipo, conforme o verbo regente". Em se tratando das orações subordinadas substantivas, Ilari (1997, p. 70) diz que:

É comum que os verbos que introduzem orações substantivas, além de predeterminarem o modo do verbo da oração subordinada, estabeleçam também restrições de tempo. Nesses casos, a ocorrência de tempos e perífrases verbais resulta frequentemente de um automatismo gramatical e não de uma escolha feita a partir de um repertório de opções autenticamente significativas.

Ao se observar exemplos como em (3), sendo essa situação real de uso, não se pode legitimar a afirmativa a respeito de que o verbo da oração subordinada é condicionado pelo verbo da oração principal ou por outros termos, pelo menos não por completo. Fato este

porque foi possível mudar a flexão verbal do verbo *ser* sem que a interpretação temporal fosse comprometida.

Assim sendo, em situações como essas que demonstram que a função, no contexto linguístico, se aplica à forma, leva a entender que o contexto discursivo possa ter importante função na interpretação do tempo verbal, sobretudo no que se refere a formas em variação. A partir do que foi apresentado, podemos afirmar que é possível utilizar as formas verbais de pretérito imperfeito do indicativo (PII) e de futuro do pretérito (FP) em situações antecedidas por contextos iniciados pelo pretérito imperfeito do subjuntivo, ou seja, em contextos subordinados, quando desejamos “codificar um tempo passado imperfectivo a um tempo de referência também passado” (DOMINGOS, 2004).

Vejamos, agora, na subseção que se segue, a próxima categoria importante para o nosso fenômeno: a categoria aspecto verbal.

1.6.2. A EXPRESSÃO DA NOÇÃO DE ASPECTO EM PORTUGUÊS

A expressão de aspecto no Português não é morfologicamente marcada, ficando, segundo alguns estudiosos, a distinção na dicotomia perfectivo *versus* imperfectivo. Para Castilho (1967: 14), aspecto "é a visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a idéia de duração ou desenvolvimento. É, pois, a representação espacial do processo". Seguindo o trabalho de Corôa (2005, p. 61), ela cita autores que definem *aspecto* por oposição a *tempus*.

Segundo ela, “o tempo inerente ao próprio processo consideram *aspecto*; o tempo do processo em relação ao momento da enunciação e ao sistema fixo de referência temporal consideram *tempus*”. Continuando, Corôa diz que enquanto *tempus* é uma propriedade, ao

mesmo tempo, da sentença e da enunciação, o *aspecto* é propriedade apenas da sentença, pois não se refere ao momento da enunciação.

Considerando a posição de Dubois (1984, p. 73) segundo o qual “aspecto é uma categoria gramatical que exprime a representação que o falante faz do processo expresso pelo verbo (ou pelo nome da ação), isto é, a representação de sua duração, do seu desenvolvimento ou do seu acabamento”. Travaglia (1985, p. 51) completa ao dizer que aspecto é “uma categoria verbal ligada a tempo, pois antes de mais nada, ele indica o espaço temporal ocupado pela situação em seu desenvolvimento, marcando a sua duração”.

Cunha & Cintra (2001, p. 382-383) consideram o aspecto "uma categoria gramatical que manifesta o ponto de vista do qual o locutor considera a ação expressa pelo verbo", podendo considerá-la como ação concluída ou não concluída. Para os autores, “valores semânticos contribuem para especificar alguns tipos de aspectualidades, tais como aspecto pontual (*Acabo de ler Os Lusíadas*); aspecto durativo (*Continuo a ler Os lusíadas*); aspecto contínuo (*Vou lendo Os Lusíadas*); aspecto descontínuo (*Voltei a ler Os lusíadas*); aspecto incoativo (*Comecei a ler Os Lusíadas*); e aspecto conclusivo (*Acabei de ler Os Lusíadas*)”. Como podemos observar, seguimos a idéia dos autores de que a diversidade de formação de perífrases verbais também é responsável por valores diferenciados de aspecto.

Lyons (1977, p. 705) afirma que o tempo é uma categoria dêitica. Porém, essa característica não é válida para a categoria aspecto, uma vez que esta pode ser depreendida do próprio verbo e também do contexto no qual ele está inserido. Fato este que Corôa (2005: 61) também afirma, ao dizer que “também já definimos *tempo* como uma categoria temporal dêitica. Podemos, então, chegar negativamente a uma primeira definição de *aspecto*: é o que há de não dêitico na categoria *tempo*”.

Já Flores e Silva (2000, p. 51), fundamentados na Teoria da Enunciação, apresentam a categoria aspecto como uma categoria do discurso, ao fazer referência à dêixis. Para os autores, a categoria aspectual não fica no lexema, nem na frase, mas sim no enunciado, pois “ele [o aspecto] é dêitico, já que depende de sua utilização por um sujeito face a uma instância de enunciação”.

Desta forma, um verbo que é tido normalmente como [- durativo], como por exemplo quebrar, dependendo da situação da enunciação pode ter valor [+ durativo], como⁷:

(4) Eu *quebro* copos.

(5) Eu *comprava* copos.

(6) Eu *quebrava* copos.

No que se refere ao pretérito imperfeito, Flores e Silva (2000, p. 60-61) dizem que:

Embora o valor temporal do imperfeito seja, na maioria das vezes, marcar um fato passado em relação ao presente, seu valor aspectual nem sempre é de uma duração indeterminada no passado em relação ao presente. Ele pode marcar duração de posterioridade/anterioridade a partir de um fato situado no passado. Assim, cada forma verbal do imperfeito funciona como um novo presente em relação à forma posterior, isso tomando a totalidade do discurso.

Vale ressaltar também que o aspecto pode ser expresso não só por elementos morfológicos, mas também pelos semânticos, fonológicos, contextuais, tendo muito a ver com a sintaxe. Dessa forma, Travaglia (1985, p. 145) seguindo as idéias de Castilho (1967,

⁷ Exemplos retirados de Domingos (2004, p. 54).

p. 14), considera o aspecto como uma categoria léxico-semântica, uma vez que “interagem o sentido que a raiz do verbo contém e elementos sintáticos tais como adjuntos adverbiais, complementos e tipo oracional”.

Na subseção abaixo vejamos as noções não aspectuais que são ligadas ao aspecto.

1.6.2.1. NOÇÕES NÃO ASPECTUAIS, MAS LIGADAS AO ASPECTO

a. *Incoação*: Indica o começo de um novo estado, ou seja, a mudança de estado, sendo frequentemente ligada à inceptividade que aborda a sua ação em seu momento de início ou em seus primeiros momentos. (cf. TRAVAGLIA, 1985, p. 64 e 66).

b. *Progressividade*: Indica um desenvolver gradual e liga-se ao aspecto durativo (cf. TRAVAGLIA, 1985, p. 68).

c. *Experienciamento*: Une-se ao aspecto perfectivo e apresenta o fato de que alguém já vivenciou uma determinada situação (cf. TRAVAGLIA, 1985, p. 70).

d. *Cessamento*: Segundo Travaglia (1985, p. 69), cessamento é “uma mistura de tempo e aspecto: na medida em que estabelece um contraste entre ontem (ou antes) e agora (momento da enunciação) é temporal; na medida em que indica que a situação é acabada é aspectual”.

e. *Resultatividade*: Chamada também por permansividade, apresenta um estado que resulta de uma situação dinâmica que já está concluída. Também indica que o estado acabou com o atingimento de um ponto terminal. Isso surge sempre ligado ao aspecto acabado (cf. TRAVAGLIA, 1985, p. 69).

f. *Habitualidade*: ocorre quando existe interação, que se apresenta em uma duração descontínua e ilimitada. Está ligada à noção aspectual que indica duração, uma vez que é dela que a repetição surge sem a qual não há hábito (cf. TRAVAGLIA, 1985, p. 66).

Na subseção seguinte são apresentados os aspectos expressos pelo pretérito imperfeito do indicativo.

1.6.2.2. OS ASPECTOS EXPRESSOS PELO PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO

a. *Aspecto durativo*: Said Ali (1964) dentre outros autores afirmam que o pretérito imperfeito do indicativo denota ação durativa, ou seja, ação prolongada.

b. *Aspecto iterativo*: Segundo Travaglia (1985), apresenta ação descontínua e limitada. Assim como aspecto durativo, Said Ali (1964) dentre outros, referem-se ao imperfeito como a expressão de algo que se repete.

c. *Aspecto indeterminado*: Apresenta uma situação contínua e ilimitada. Segundo Travaglia (1985) o imperfeito pode ser usado para indicar naturalidade, genealogia e qualidades de um indivíduo; ou no lugar do presente universal, em orações subordinadas a um pretérito, o que pode ser ligado à noção de aspecto indeterminado.

d. *Aspecto habitual*: Indica situação como tendo duração descontínua e ilimitada (cf. TRAVAGLIA, 1985). Para o autor o tempo de pretérito imperfeito assim como o presente do indicativo, indica um fato costumeiro.

e. *Aspecto inceptivo*: Indica uma situação em ponto inicial ou em seus momentos iniciais (cf. TRAVAGLIA, 1985).

f. *Aspecto cursivo*: Indica uma ação no meio de seu desenvolvimento (cf. TRAVAGLIA, 1985). Segundo Domingos (2004) o imperfeito pode ser usado para expressar algo que estava se processando quando sobreveio outra ação, ou aquilo que, tendo começado, ainda continuava quando se deu um novo fato, o que indica a conjugação perifrástica IR + (pret. imp.) + gerúndio. Travaglia (1985), no que se refere ao aspecto cursivo diz que se encontra presente também quando se usam os verbos *discendi* conjugados no imperfeito em vez do perfeito do indicativo.

g. *Aspecto imperfectivo*: Refere um processo em realização, inacabado. De acordo com Travaglia (1985), se refere a essa noção de não acabado ao dizer que o imperfeito pode ser usado também para denotar um fato passado, todavia ainda não concluído.

h. *Aspecto terminativo*: Indica a ação em seu momento de término, ou seja, em seus últimos momentos.

Na subseção que se segue vejamos o aspecto e o futuro do pretérito.

1.6.2.3. O ASPECTO E O FUTURO DO PRETÉRITO

O futuro do pretérito é considerado como um tempo que não é capaz de expressar uma noção aspectual, assim como os usos para designar, segundo Travaglia (1985):

[...] ação própria e decidida, promessa ou ameaça, maior realce para os fatos passados, citação (para o presente do indicativo); simultaneidade, concomitância (...), vontade ou desejo, em discurso indireto implícito (para o pretérito imperfeito do indicativo); probabilidade, incerteza, cálculo aproximado, hipótese, observância a preceitos ou normas, ordem atenuada, pedido ou sugestão, eventual, deliberativo (para o futuro do presente); desejo e esperança (para o mais que perfeito do indicativo).

Vale ressaltar também que, de acordo com Travaglia (1985), apesar das possibilidades de expressão, o pretérito imperfeito do indicativo não apresenta nenhum aspecto quando é empregado no lugar do futuro do pretérito para indicar uma situação que seria consequência de uma outra ação não ocorrida; e também quando é usado no lugar do presente do indicativo como forma de polidez, chamado pelo autor como imperfeito de cortesia. Dessa forma, a noção aspectual, nessas situações, podem não ser nulas completamente, porém a noção torna-se quase inexistente.

Vejamos abaixo o aspecto e os tempos do subjuntivo.

1.6.2.4. O ASPECTO E OS TEMPOS DO SUBJUNTIVO

Para Travaglia (1985), os tempos de subjuntivo não “atualizam” noção de aspecto, sobressaindo neles o valor modal, uma vez que as flexões temporais do subjuntivo normalmente surgem para indicar modalidade, ou estão subordinadas a elementos marcadores de modalidade, atribuindo assim, uma prática duvidosa, hipotética, abstrata, a capacidade de expressão do aspecto é diminuída, dificultando ou até mesmo anulando-lhe a percepção.

Passemos agora às noções de modo e modalidade, categorias também importantes para o fenômeno em estudo.

1.6.3. A IMPORTÂNCIA DAS NOÇÕES DE MODO E MODALIDADE

Modo e modalidade apresentam sentidos diferentes. No que se refere à modalidade, Lyons (1977) diz que “é usualmente definida como a avaliação do falante sobre seu próprio

enunciado, ou seja, sua opinião ou atitude a respeito da proposição que a frase expressa”. Já modo, “no sentido tradicional do termo, é uma classe gramatical, uma manifestação que tenta manifestar a modalidade; todavia, esta está muito mais na maneira como a pessoa fala ou escreve”. Assim sendo, a modalidade é distinguida em todas as línguas, que a marcam diferentemente. Por exemplo, o Português se difere do Inglês, pois apresenta além de verbos modais, três modos diferentes, enquanto que o inglês usa apenas os verbos modais para expressar modalidade.

Segundo Castilho (1967), "modo indica a atitude do sujeito em relação ao processo verbal, que pode ser encarado como algo real (indicativo), eventual (subjuntivo) ou necessário (imperativo)". Ao passo que a modalidade “codifica a atitude do falante, seu julgamento acerca da informação da oração, principalmente julgamento epistêmico (*realis*) (de verdade, probabilidade, certeza, crença, evidência) e deontico (*irrealis*) (de desejo, preferência, intenção, habilidade, obrigação, permissão, necessidade, manipulação - indicando projeção futura)” (GÖRSKI, 2002, p. 222).

Vejamos na subseção que se segue a relação entre o modo indicativo *versus* o modo subjuntivo.

1.6.3.1. INDICATIVO *VERSUS* SUBJUNTIVO

Para Pontes (1973), a oposição *realis* (indicativo) e *irrealis* (*subjuntivo*) indicando modalidade não é tão apresentável, pois “as formas com sentido subjuntivo ocorrem quase exclusivamente em orações subordinadas, simultâneas com determinadas expressões com que não ocorre o indicativo, numa distribuição parcialmente complementar”.

Görski (2002) ao citar Epiphanyo Dias diz que essa oposição entre o indicativo e o subjuntivo não quer dizer muito, sendo o primeiro mais frequente. Entretanto, diz ser o subjuntivo o modo indicador de incerteza e dúvida, concordando com as idéias de Said Ali (1964).

Givón (1993), diz que, “cognitivamente, a modalidade *realis* é menos marcada e mais acessível, uma vez que fatos já ocorridos ou que estão ocorrendo são de conhecimento do emissor, ao passo que hipóteses, fatos possíveis ou futuros não o são”.

Uma vez que os informantes do nosso *corpus* estão sempre emitindo julgamento de valor, expressando crenças e opiniões, pensamentos sobre algo, atitudes cujas concretizações ainda lhes são desconhecidas, podendo estas tornar-se realidade ou não, em nossa dissertação, estamos diante de dados *irrealis*, ou seja, trabalhamos diretamente com esses tipos de dados. Falamos em nosso trabalho sobre variação, porque tais contextos admitem em se tratando de tempo verbal: pretérito imperfeito do subjuntivo, pretérito imperfeito do indicativo e futuro do pretérito do indicativo.

No que diz respeito ao uso do indicativo pelo subjuntivo em contextos de *irrealis*, parece não haver diferenças no português brasileiro, uma vez que três variantes podem se encaixar em contextos considerados de incerteza pela gramática normativa: pretérito imperfeito do subjuntivo, pretérito imperfeito do indicativo e futuro do pretérito do indicativo.

1.6.3.2. PRETÉRITO IMPERFEITO *VERSUS* FUTURO DO PRETÉRITO

Nessa subseção faremos um breve apanhado das noções que podem ser expressas pelos tempos verbais em questão, a fim de ajudar na compreensão da possibilidade de permuta entre eles.

O tempo passado é aquele usado para manifestar um processo anterior ao momento da fala e pode ser manifestado de três formas: pretérito perfeito, pretérito imperfeito e o pretérito mais que perfeito. O imperfeito apresenta, segundo Othon Garcia (1977), um fato passado que encerra também a idéia de duração, de contemporaneidade ou simultaneidade com outro, ou seja, um processo passado com duração no tempo (aspecto), indicando “concomitância ou habitualidade, podendo ser ainda usado para indicar tempos passados concebidos como contínuos ou permanentes ou, metaforicamente, para expressar irrealidade” (KOCH, 1995).

Alguns autores como Pontes (1990) e Sousa (2007) ao se referirem ao fenômeno aqui apresentado, dizem que o pretérito imperfeito do indicativo na língua coloquial atual substitui o futuro do pretérito, que segundo eles, tem seu uso atual restrito à literatura.

Segundo Pontes (*op. cit*), o pretérito imperfeito pode indicar um tempo futuro, mas em relação a algo passado (futuro do pretérito), como no exemplo abaixo retirado do seu *corpus*:

(7) Tudo ele *tinha* que fazer ontem, porque se deixasse para hoje, *juntava* o serviço de ontem, *complicava* mais (III 25 p. 77, 1º parágrafo).

Tomando como base o exemplo acima retirado de Pontes, temos a primeira ocorrência do pretérito imperfeito referindo-se a uma obrigação que se deu no passado (*tinha* que fazer) e as outras duas ocorrências (*juntava* e *complicava*) se referindo a uma

possibilidade que só se tornaria realidade se a primeira ação não se tivesse cumprido (tudo ele *tinha* que fazer ontem).

De acordo com Ilari (2001) uma das principais diferenças entre pretérito imperfeito do indicativo e o pretérito perfeito é que:

Uma sequência de sentenças no imperfeito do indicativo em uma narrativa pode ser interpretada como indicação de que o momento de referência é o mesmo para todas, produzindo um efeito de descrição diferente daquele de uma sequência de sentença no perfeito do indicativo, que é interpretada como apresentação de fatos sucessivos.

É possível que tal fato se deva uma vez que o imperfeito pode indicar processos que têm curta duração dentro da escala temporal, ao passo que o perfeito do indicativo diz respeito a ações mais pontuais. Dessa forma, segundo Sousa (2007) “por isso as ações expressas pelo imperfeito podem coexistir, ocorrer num mesmo intervalo de tempo, ou em tempos diferentes, mas com uma intersecção entre o fim de uma e o início de outra, enquanto as descritas pelo perfeito não podem ocorrer nas mesmas circunstâncias, mas somente como uma sequência”.

Seguindo as ideias de Pontes (1990), o uso do imperfeito pelo futuro do pretérito explica-se pela possibilidade de ambos expressarem o desconhecido. Dessa forma, o que está distante do momento da enunciação aproxima-se, portanto, do irreal. Ao usar o imperfeito no lugar do futuro do pretérito, segundo Sousa (2007) “muda-se o foco de atenção sobre as ideias relacionadas a tempo que podem ser expressas pelo verbo: o que emerge quando se dá essa troca não é propriamente um recorte da linha temporal, mas a possibilidade de expressar o não-real, o que está distante do momento da enunciação”.

O tempo futuro indica uma ação posterior ao momento da fala ou do fato narrado, e pode manifestar-se pelo futuro do presente ou do pretérito. No que diz respeito ao futuro do pretérito, além de exprimir um processo posterior passado, ele também pode exprimir probabilidade, incerteza, hipótese, não cumprimento do falante ou, ainda, modéstia ou cerimônia (cf. SOUSA, 2007, p. 57). Ao passo que o imperfeito pode exprimir um passado com duração no tempo, podendo ser também utilizado para expressar realidade. Diante de tudo isso, abre-se uma possibilidade para a permuta entre as duas formas, com as referências à hipótese, probabilidade, incerteza, não comprometimento, modéstia, cerimônia, irrealidade e, ainda, possibilidade, sendo possível de acordo com os contextos de uso, pelo fato de esses verbos apresentarem a possibilidade de manifestar traços de aspecto inconclusos.

Diante das categorias apresentadas acima (tempo, aspecto, modo/modalidade), vejamos a última categoria estudada em nosso trabalho: Ponto de Referência.

1.6.4. PONTO DE REFERÊNCIA

As formas verbais podem ter seu valor temporal interpretado a partir do ponto de referência, segundo Domingos (2004). Podemos tomar como exemplo a forma do pretérito imperfeito do subjuntivo, uma vez que este poderá ter um valor de passado ou futuro, dependendo, assim, do seu ponto de referência no tempo. Souza (2001), em sua pesquisa intitulada *Pretérito Imperfeito do Subjuntivo? Formas verbais em -sse em contextos que veiculam a noção de posterioridade* aborda a futuridade a respeito desse tempo verbal tomando como base o poema de Álvares de Azevedo “Se eu morresse amanhã”. Segundo a autora, a futuridade de morrer se deve ao ponto de referência *amanhã*, pois caso essa forma

temporal fosse substituída por *ontem* ou *hoje*, a interpretação temporal poderia ser de passado ou presente, respectivamente.

No exemplo acima, o ponto de referência está explícito no texto, porém há casos em que o ponto de referência não aparece de forma explícita na oração analisada, podendo, então, apresentar-se no contexto linguístico ou até mesmo no extralinguístico. Neste caso, uma forma de resgatá-lo seria, segundo Coan (2003), por meio do conhecimento comum entre os falantes ou por meio de deduções possíveis. Para entendermos melhor, vejamos dois exemplos retirados de Domingos (2004) a fim de explicitar o que foi explicado acima:

(8) "Foi além dos domínios domésticos que as coisas mudaram. Centenas de fotógrafos, repórteres e uma avalanche de fãs cercam o ex-metalúrgico - e Marisa - desde o dia 27 de outubro, quando ele, com 61,27% de votos, se tornou o presidente da República mais votado da história. Ela imaginava que, nos momentos em que estivesse sozinha, poderia continuar levando a vida de Marisa Leticia, que adora buscar na escola o neto Thiago, de 6 anos, ou andar a pé por São Bernardo do Campo (SP), onde nasceu e vive há 52 anos." (Revista Cláudia, dez/2002, nº 12, ano 41, p. 35)

(9) Cantasse você! (exemplo hipotético)

(Contexto: Um amigo encontra outro e diz: "Não cantei porque você não cantou também." Então, recebe a resposta...).

Observando as sentenças retiradas de Domingos (2001), no exemplo (8) temos para as formas verbais *estivesse* e *poderia* o ponto de referência *imaginava*, ambos, momentos do evento/situação e ponto de referência, sendo, portanto, passados e contemporâneos. O que

leva a tal observação é a interpretação da forma verbal que está no pretérito imperfeito do indicativo *imaginava*, integrante da oração principal e que funciona como ponto de referência para a oração subordinada.

Já no exemplo (9), a visibilidade interpretativa da forma verbal *cantasse* não é apresentada explicitamente, uma vez que só conseguimos interpretá-la a partir do contexto anterior. Logo, nesse caso, o ponto de referência está na fala do outro.

Segundo Givón (1993), o tempo de fala é o ponto de referência mais comum nas línguas. Assim, situações no passado, no presente e no futuro, associados ao tempo de fala, o tomariam como ponto de referência. Ilari (1997), ao abordar o momento de referência diz que “o momento de referência assume um papel autenticamente explicativo, sendo que às vezes a interpretação cria uma situação aparentemente paradoxal, pois ao invés de estabelecer uma relação temporal imediata entre o momento de fala e o momento de evento, reconstrói essa relação por intermédio do momento de referência”.

A inserção dessa pequena exposição sobre o ponto/momento de referência deve-se ao fato de que, sem essa categoria, praticamente não nos seria possível visualizar a interpretação temporal dos tempos verbais de pretérito imperfeito do indicativo (PII) e futuro do pretérito (FP), objeto de estudo de nossa pesquisa.

Propomos em realizar um estudo breve sobre as categorias verbais: tempo, aspecto, modalidade e referência, categorias estas importantes para um melhor entendimento do fenômeno. Apesar de neste capítulo termos abordado um pouco sobre essas categorias verbais, no que se refere aos fatores linguísticos, não nos detemos em explicá-los na análise do fenômeno proposto. Embora estejamos cientes da relevância de inserir o tempo, a modalidade e o aspecto nesta análise, o assunto em questão será desenvolvido em trabalhos futuros.

1.7. O FUTURO DO PRETÉRITO (FP) E O PRETÉRITO IMPERFEITO DO INDICATIVO (PI) SEGUNDO ALGUNS GRAMÁTICOS

Nesta seção, é apresentada a descrição do fenômeno de variação em estudo, segundo os gramáticos Perini (1996), Melo (1978) e Bechara (1999).

1.7.1. A GRAMÁTICA DESCRITIVA DE PERINI (1996)

Perini (1996) afirma que o pretérito imperfeito do indicativo “às vezes” substitui o futuro do pretérito, na língua falada, exemplificando:

(10) Cristina me disse que *mandaria* um cartão.

(11) Cristina me disse que *mandava* um cartão.

(12) Se eu tivesse tempo, eu *faria* uma quiche para você.

(13) Se eu tivesse tempo eu *fazia* uma quiche para você.⁸

Como pudemos observar, a partir da afirmação de Perini, o termo *às vezes* é muito vago, uma vez que não define bem em quais situações o FP pode ser substituído pelo PII tanto na fala quanto na escrita. Entretanto, em outro momento da sua obra, Perini faz uma tentativa de sistematizar o uso de um tempo pelo outro, apresentando os seguintes exemplos:

(14) Se você quisesse eu *fazia* (*faria*) isso para você.

⁸ Esses exemplos foram retirados da Gramática de Perini (1996, p. 240).

(15) O cara prometeu que *pintava (pintaria)* a casa em três dias.

(16) Ela jurou que *pagava (pagaria)* tudo em maio.

(17) Todos disseram que você *vinha (viria)*.

Perini após apresentar os exemplos (14), (15) e (16), diz que na sentença (14) o verbo está como complemento de uma sentença que exprime um fato contrário; nas sentenças (15) e (16) a forma em itálico funciona como complemento de verbo que expressa suposição, ao passo que na sentença (17), a forma em itálico funciona como complemento de verbo que expressa suposição. Mais adiante o autor afirma que, quando o futuro do pretérito expressa futuro em relação ao passado, não pode ser substituído pelo pretérito imperfeito do indicativo, como apresentado em:

(18) Foi apresentado a Pereira, que mais tarde *seria* eleito senador.

Contudo, há casos em que esta substituição, segundo o autor, é possível, a saber:

(19) Foi apresentado a Pereira, que mais tarde *devia* ser eleito senador.

Dessa forma, a partir do observado na gramática descritiva de Perini, que explica e exemplifica a questão da substituição do futuro do pretérito pela forma do pretérito imperfeito do indicativo, vemos que o assunto é abordado de uma maneira que não nos permite saber em qual momento podemos utilizar uma forma em decorrência da outra.

1.7.2. A GRAMÁTICA DE MELO (1978)

Outro gramático que aborda essa questão é Melo (1978, p. 182). Segundo o autor, “sobretudo na linguagem familiar, emprega-se o imperfeito pelo futuro do pretérito”. Contudo o autor não apresenta um exemplo com o imperfeito do indicativo em orações condicionais – *comprava* – e sim com o futuro do pretérito – *compraria*, de acordo com o exemplo (20).

(20) Se eu tivesse dinheiro, *compraria* uma casa⁹.

Melo, da mesma forma que outros gramáticos, não apresenta reflexões para as observações sobre a substituição de um tempo verbal pelo outro. Vemos que o autor tece algumas observações sobre a alternância, mas não faz comparações nem dá explicações para o uso dos tempos verbais deste trabalho.

1.7.3. A GRAMÁTICA DE BECHARA (1999)

Ao abordar a questão da alternância dos tempos verbais em orações condicionais, Bechara (1999, p. 278) afirma que “pode substituir, principalmente na conversação, o futuro do pretérito, quando se quer exprimir fato categórico ou a segurança do falante”. Com o exemplo (21), Bechara mostra a alternância, porém não faz muitos comentários e reflexões.

(21) Se me desprezasses, *morreria, matava-me*.¹⁰

⁹ Esse exemplo pode ser encontrado na Gramática de Melo (1978: 184).

Podemos observar, a partir do exemplo apresentado por Bechara, que a Gramática Tradicional (doravante GT) não aborda essa questão de maneira exaustiva. Quando alguns compendiatadores tecem comentários sobre a alternância entre os tempos verbais em questão, não se aprofundam e nem a apresentam de uma forma mais explicativa e exaustiva.

Passemos agora, nas subseções em seguida, a alguns estudos realizados no âmbito variacionista a respeito do fenômeno em questão.

1.8. PESQUISAS REALIZADAS NO ÂMBITO VARIACIONISTA

Nesta seção, são apresentadas algumas pesquisas que abordam o fenômeno em questão. Entre elas, está a pesquisa de Sousa (2007), o estudo de Barbosa (2005); a proposta de Costa (1997), a pesquisa de Silva (1998), o trabalho de Hirata (1998) e o estudo de Travaglia (1985).

1.8.1. A PESQUISA DE SOUSA (2007)

Sousa (2007), em sua pesquisa intitulada *A alternância entre o pretérito imperfeito e futuro do pretérito na expressão da hipótese*, tem por objetivo analisar a alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito do indicativo em textos escritos, num *corpus* constituído de duas partes: a primeira com excertos de correspondências entre a Coroa Portuguesa e autoridades da Coroa no Brasil durante o século XVIII; a segunda, de redações produzidas por alunos da segunda série do ensino médio dos Colégios Academia de Comércio e João XXIII, durante o ano de 2006.

¹⁰ Esse exemplo pode ser encontrado na Gramática de Bechara (1999, p. 278).

Num segundo momento da pesquisa, a proposta é ampliada com redações de alunos de 2º e 8º períodos do Curso de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. Com este questionário, o objetivo principal da pesquisadora foi o de confirmar se ainda se faz a correção sistemática do uso do imperfeito em vez do futuro do pretérito na expressão da hipótese.

Por fim, foram selecionados alguns trechos de produções das diferentes séries analisadas e foi montado um questionário proposto a vários professores de Língua Portuguesa, no qual esses profissionais deveriam indicar qual (quais) correção (correções) fariam nos referidos trechos. Tal questionário visava verificar qual tem sido a tendência do comportamento da escola com relação ao fenômeno estudado e confirmar se ainda se faz a correção sistemática do uso do imperfeito em vez do futuro do pretérito na expressão da hipótese.

O questionário apresentava textos produzidos por alunos de vários níveis em que o fenômeno em questão ocorria, dessa forma, foi pedido que os professores indicassem as correções necessárias para os textos produzidos. Segue abaixo um trecho abordado e uma indicação de correção¹¹:

O legislativo devia criar leis para que essas empresas fizessem ajustes no seu espaço físico, no entanto essa questão tem andado muito pouco e desmotivando aqueles que necessitam dessas mudanças para viver em sociedade (R., f., 2º ano do ensino médio, pb.).

Abaixo é apresentada a correção proposta pelo 1º professor:

¹¹ Estes trechos e suas devidas correções encontram-se na dissertação de Sousa (2007).

Eu corrigiria, neste trecho, a seleção da palavra *andado*, assim como a falta do paralelismo sintático promovido pela palavra *desmotivando*. (Professor: R., 24 anos, mestre em Letras – Linguística, B/C, tempo de docência: 3,5 anos. Trabalha com ensino médio, Educação de Jovens e Adultos, o antigo supletivo e também Universitários). [Grifo da autora]

Como podemos observar na correção do 1º professor, ele não faz nenhuma menção de corrigir o tempo verbal de *dever* utilizado pela aluna. Mais adiante, em outro trecho apresentado pela autora, o primeiro professor corrige o uso do verbo *dever* e justifica, de modo interessante, que o faz, segundo a pesquisadora, por uma questão de paralelismo formal, e não de certo ou errado. Vejamos abaixo mais um trecho e em seguida seu respectivo comentário pelo 1º professor:

Mas ainda muito *poderia* ter sido feito; as salas de aula das escolas poderiam ter um seu espaço rearranjado, os professores *deviam* ser orientados para tratar adequadamente os alunos deficientes e as crianças que apresentassem hostilidade contra esses alunos deviam ser acostumadas a conviver bem com eles. (L., f., b., 2º período, UFJF).

Aqui, eu sugeriria os dois pontos no lugar do ponto e vírgula, corrigiria o artigo indefinido antes do pronome possessivo *seu*, assim como orientaria esse (a) aluno (a) a manter o eixo de coerência nesse período, isto é, se ele (ou ela) começou usando o tempo verbal futuro do pretérito, *poderia* – indicador de condição e/ou hipótese, que o faça em todo o trecho, substituindo o imperfeito *deviam* por *deveriam*.¹² (Professor: R., 24 anos, mestre em Letras – Linguística, B/C, tempo de docência: 3,5 anos. Trabalha com ensino médio, Educação de Jovens e Adultos, o antigo supletivo e também Universitários).

Segundo Sousa (2007), a maioria dos professores indicou que faria a correção do uso do imperfeito na referida posição. Porém, segundo ela, algumas ocorrências do fenômeno passaram despercebidas pelos professores, indicando, segundo a autora que, embora, muitas vezes, ainda se faça a correção de acordo com a gramática tradicional, o uso do imperfeito

¹² Grifos da autora.

já é aceito em algumas ocorrências, provavelmente sendo visto como uma variante menos formal, mas não incorreta.

A análise do material obtido foi feita com base nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, focalizando os processos de expressão da hipótese por meio dos tempos verbais acima citados, e levando em consideração fatores como sexo, escolaridade, situação sócio-econômica dos alunos, bem como o contexto de produção.

Posteriormente a análise do *corpus*, Sousa (2007) optou por trabalhar com os dados percentuais com objetivo de melhor ilustrar a questão da alternância entre os tempos verbais trabalhados.

No segundo ano do ensino médio foram trabalhadas 14 redações de alunos do Colégio de Aplicação João XXIII; em 15 delas (62,5%) apareceram os tempos verbais estudados na pesquisa de Sousa (2007). No Colégio Academia de Comércio, o volume inicial foi de 41 produções, e os tempos estudados neste trabalho apareceram em 15 delas (36,58%). Somando o total dos dois colégios houve um total de 65 produções, dentre as quais, segundo a autora, foram analisadas apenas 30.

Pela análise de textos produzidos, a autora obteve os seguintes resultados:

- 33 ocorrências do uso do PII com ideia de continuidade;
- 70 ocorrências de FP para expressar hipótese;
- 12 ocorrências de PII para expressar hipótese.

Segundo Sousa (2007), a alternância entre essas formas não é aleatória. Tal alternância se guia pelas necessidades expressivas dos falantes de acordo com suas diferentes necessidades comunicativas.

Neste trabalho, a ocorrência do imperfeito com ideia de continuidade prevalece, tanto nas correspondências do século XVIII quanto nas redações produzidas no ano de 2006, porém é perceptível sinais de alternância entre pretérito imperfeito e futuro do pretérito para expressar hipótese.

1.8.2. O ESTUDO DE BARBOSA (2005)

Barbosa (2005), em sua dissertação intitulada *A variação entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo em orações condicionais iniciadas por se na fala de Uberlandenses*, em uma perspectiva variacionista, procura identificar quais fatores linguísticos e extralinguísticos condicionam uma forma em detrimento da outra. Para tanto, a autora partiu de um recorte da língua falada no Português do Brasil, investigando, assim, a região do Triângulo Mineiro do estado de Minas Gerais, especificamente, a cidade de Uberlândia.

O envelope de variação de sua pesquisa foi composto por fatores linguísticos e não-linguísticos, sendo os fatores linguísticos, o tamanho da oração; a ordem da sentença; paralelismo formal e os fatores não-linguísticos, classe social e faixa etária.

A partir das considerações realizadas pela autora, pudemos constatar que a hipótese geral do trabalho, a de que o pretérito imperfeito do indicativo é empregado em substituição ao futuro do pretérito em orações condicionais na língua falada, foi confirmada, pois foram

encontrados, em seu trabalho, 55,3% de ocorrências em FP e 44,3% de ocorrências em PII, o que nos mostra que a variação em questão é significativa na língua falada em Uberlândia.

A autora conclui que o tempo verbal PII aparece na fala do informante independente do tamanho da oração e da ordem da sentença. Sobre o fator paralelismo formal, Barbosa (2005) diz que o paralelismo formal favorece o emprego de PII, ao passo que o não-paralelismo favorece o emprego da variante FP. Em relação à classe social, a classe mais baixa utiliza mais o emprego de PII, ao passo que as classes média e alta têm frequência maior em relação à FP. Por outro lado, em relação à faixa etária, houve maior incidência de PII na faixa etária acima de 45 anos. Além disso, as faixas etárias de 20 a 30 anos e de 31 a 45 anos obtiveram uma frequência significativa em relação à FP.

1.8.3. A PROPOSTA DE COSTA (1997)

Costa (1997), em sua dissertação intitulada *A variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro*, em uma perspectiva variacionista, procura identificar ambientes linguísticos e fatores sociais e discursivos que levem à preferência de um tempo verbal em relação ao outro.

A autora investiga a alternância do pretérito imperfeito e do futuro do pretérito no português informal no Rio de Janeiro. Segundo ela, o pretérito imperfeito, acompanhando a preferência por textos narrativos, é favorecido em se tratando de tempo passado e o futuro do pretérito aparece em contextos que remetem a um tempo futuro.

Segundo a pesquisadora, o chamado período hipotético é constituído pela oração condicional, conhecida como “prótase”, mais uma oração principal, chamada de “apódose” ou “oração condicionada”.

Vejamos abaixo exemplos da autora que nos mostram alguns ambientes de períodos hipotéticos:

(22) ... se isso acontecesse eu *pirava* de vez, sabia?

(23) Sendo necessário, *faria* regime para emagrecer.

Nas sentenças acima, podemos observar dois diferentes ambientes em que as apódeses aparecem no que diz respeito à alternância entre o FP e o PII. No exemplo (22) há um período hipotético iniciado por *se*. No exemplo (23) aparece um período hipotético iniciado por oração reduzida de gerúndio.

Vale ressaltar também que nos exemplos com as orações principais, apresentados pela autora, a variação entre o FP e o PII. Segundo Costa (1997), o FP também varia com o PII em orações principais denotadoras de irrealis, como nos exemplos (24) e (25), retirados de sua dissertação.

(24)... *seria* pior deixar que ele fosse cada vez mais se envolvendo...

(25)... Aí, minha mãe falou: Pôxa, *era* uma boa que você continuasse porque...

Outro ambiente sintático-semântico que Costa (1997) propõe investigar é o ambiente das orações encaixadas. No que se refere às orações adjetivas, a autora diz que a variação ocorre quando há contextos de discurso indireto, em que o núcleo da oração principal é um verbo *discendi*, como no exemplo (26), ou um verbo de opinião, conforme exemplo (27):

(26) ... chamamos ela, ela disse que não *ia vir*.

(27) Acho que eu não *teria* coragem de viajar em navio.

Costa (1997) investiga a variação dos tempos verbais em diferentes ambientes linguísticos: no período hipotético, na oração principal, nas orações encaixadas e nas orações independentes.

Assim, as variações encontradas pela a autora foram¹³:

(28) Pretérito Imperfeito Simples (Imp)

(Se eu fosse você, só *usava* Valisére)

(29) Pretérito Imperfeito em Perífrase (Ia+V)

(Se eu fosse você, só *ia usar* Valisére)

(30) Futuro do Pretérito Simples (FP)

(Se eu fosse você, só *usaria* Valisére)

(31) Futuro do Pretérito em Perífrase (Iria+V)

(Se eu fosse você, só *iria usar* Valisére)

Diante das ocorrências observadas nos exemplos acima, Costa (1997) conclui que as perífrases de imperfeito e de futuro não são simplesmente formas substitutas dos tempos, pois possuem contextos linguísticos e sociais próprios.

Outra constatação a que a autora (1997) chegou é a possibilidade de a forma do futuro do pretérito ser mais conservadora, pois, de acordo com seus resultados, esta é a variante usada pelos mais velhos e pelos que têm um nível escolar mais alto. Tal resultado

¹³ Exemplos 28 - 31 extraídos de Costa (1997, p. 12).

difere do encontrado por Barbosa (2005), uma vez que a forma de PII teve maior incidência na faixa etária de 45 anos. Já a GT, segundo Barbosa, teve maior frequência entre os informantes com idade mais baixa.

A autora concluiu, também, em seu trabalho, que as formas perifrásticas de futuro do pretérito (IRIA+V) são mais usadas pelos mais velhos ao passo que a variante do pretérito imperfeito do indicativo (IA+V) possui traços próprios de uma classe inovadora, por isso predomina entre os mais jovens e é típica, segundo ela, da fala.

Os resultados obtidos por Costa revelam, ainda, que o PII é a variante própria de texto narrativo ao passo que a variante FP é usada mais em textos argumentativos.

1.8.4. A PESQUISA DE SILVA (1998)

Em sua dissertação intitulada *A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na fala de Florianópolis*, Silva (1998) desenvolve em uma perspectiva sincrônica, uma pesquisa sobre a alternância verbal *-va -ia/ -ria* entre falantes florianopolitanos. A autora descreve o uso da variável das formas de FP e PII, em verbos únicos e locuções, identificando os contextos discursivos em que se manifestam.

A autora delimita, em sua pesquisa, a variável em estudo apontando três possibilidades de variação:

1. Uso do pretérito imperfeito pelo futuro do pretérito (*valor: certeza sobre os fatos futuros*);
2. Uso do futuro do pretérito pelo pretérito imperfeito (*valor: incerteza sobre os fatos passados*);

3. Uso de uma ou de outra dessas formas pelo presente (valor: *polidez*).

Para apresentar melhor a afirmação acima, a autora apresenta as seguintes frases¹⁴:

(32) Se eu tivesse o problema que eu já tive, tivesse o INPS, eu já *tinha morrido*, ó, muito tempo.

(33) Se a minha filha ficasse grávida, não casasse, se ela quisesse optar por querer tirar o filho, eu jamais eu *ia querer*, eu *ia querer* meu neto. Mas uma coisa que ela não quisesse mesmo, que ela própria rejeitasse a criança, eu *faria* isso aí, eu *levava* ela lá e *tirava* o neném e pronto.

A autora investiga tanto o paralelismo formal quanto o grau de formalidade. Nesse último, investiga essa questão por considerar que alguns contextos das entrevistas são menos formais por se tratar apenas de relatos sobre experiências pessoais vividas, contudo, há momentos em que o informante emite uma opinião, o que mostra mais formalidade sobre o que é argumentado.

Silva considera que se deve observar a forma verbal utilizada pelo entrevistador para que o “efeito gatilho”, ou seja, quando o informante tende a usar o mesmo tempo verbal que o entrevistador usou na fala ou na pergunta. O exemplo (34) ilustra esta provável influência da fala do entrevistador na fala do entrevistado:

(34) E: E se você fosse votar hoje, em quem você *votaria*?

¹⁴ Todos os exemplos foram retirados de Silva (1998).

(35) Se eu fosse votar hoje, *votaria* nele também. Mas eu *votaria* nesse, como é que tu falaste?

Os dados evidenciaram que as locuções verbais são formas mais recorrentes da alternância entre PII e FP. Além disso, a autora constatou que há mais incidência de *-ia* do que de *-ria*.

Silva confirmou, também, sua hipótese de que, conforme o paralelismo formal, PII leva a PII e FP leva a FP. É interessante observar que a autora, em sua dissertação (1998:30), conclui que “no ambiente sintático, a distribuição da ordem canônica (prótase + apódose) leva ao emprego de PII, ao passo que a alteração dessa ordem (apódose + prótase) condiciona o uso de FP”.

Silva (1998) constatou, assim como Costa (1997), a partir de seus dados, que as perífrases (*ia + infinitivo; iria + infinitivo*) ocorrem em orações encaixadas do discurso indireto e que o PII (*ia + infinitivo*) é preferencialmente empregado pelos mais jovens.

1.8.5. O TRABALHO DE HIRATA (1998)

Outro trabalho relevante sobre o nosso fenômeno estudado é o trabalho de Hirata (1998), que estuda a ordem em que as orações condicionais aparecem nos períodos. Segundo Hirata, a ordem mais frequente é PRÓTASE + APÓDOSE¹⁵.

Em seu trabalho, a autora trata a questão do posicionamento das prótases em construções condicionais do Português Brasileiro, utilizando a teoria de Comrie (1986) que

¹⁵ Prótase + Apódose seria a forma considerada canônica, em que protáse seria a oração condicional e a apódose a oração principal.

explica a anteposição da oração condicional. A explicação apresentada por essa teoria é a de que a prótase é marcada como não factual. Segundo Comrie, quando se tem uma prótase, marcada, à frente de uma apódose, não marcada, evita-se que a apódose seja interpretada como factual.

É importante destacar a conclusão de Hirata sobre o posicionamento da oração condicional anteposta à oração principal no período. Segundo ela, isso se deve mais a fatores discursivos que estruturais, entretanto, os últimos não são menos importantes.

Hirata acredita, ainda, que esses fatores refletem uma escolha, por parte do escritor ou do falante, que se baseia em suas necessidades e nas condições da situação comunicativa em que o discurso está inserido.

A autora afirma, também, que a ordem mais comum é ordem canônica (PRÓTASE + APÓDOSE), uma vez que “isto se deve a fatores estruturais e discursivos, tais como referência temporal, o grau de hipoteticidade e a função exercida pela oração condicional”.¹⁶

1.8.6. O ESTUDO DE TRAVAGLIA (1985)

Travaglia (1985) em seu trabalho estuda a substituição do pretérito imperfeito pelo futuro do pretérito. Ao tratar do PII em substituição do FP, o autor afirma que “o pretérito imperfeito do indicativo não atualiza nenhum aspecto [...] quando é empregado pelo futuro do pretérito, normalmente para expressar uma situação que seria consequência certa de outra que não ocorreu”.¹⁷

¹⁶ HIRATA (1999, p. 582).

¹⁷ TRAVAGLIA (1985, p.169-170).

E, ao tratar do futuro do pretérito, Travaglia (1985, p. 173) mostra que esse tempo não marca qualquer aspecto, pois “marca o tempo futuro que atribui à substituição uma realização virtual, até certo ponto abstrata, que enfraquece as noções aspectuais que estão sendo atualizadas” e também afirma que “tem um valor modal, proveniente de seu valor de futuro, que restringe a expressão aspecto”.

Para exemplificar isso Travaglia apresenta duas frases:

(36) Eu *teria lido* o livro se eu tivesse encontrado.

(37) Mirtes *estaria morando* conosco se vocês não fossem tão incompreensivos¹⁸.

O autor considera que “o FP perde noção de futuro e fica apenas com a função de introduzir a noção modal de possibilidade hipótese em uma situação passada hipotética, conforme (36), ou em uma situação presente hipotética, conforme (37)”.

Assim, de acordo com Travaglia (1985), deve-se analisar a alternância do PII e FP tendo em vista que, quando um tempo é substituído pelo outro, a marca de aspecto será restringida, ou seja, será enfraquecida.

1.8.7. CONCLUSÃO

Neste capítulo, foram apresentados os modelos teóricos utilizados para o desenvolvimento deste trabalho. Além disso, foi descrita a visão da gramática tradicional acerca da alternância do pretérito imperfeito e do futuro do indicativo em construções

¹⁸ Os exemplos (36) e (37) foram extraídos de Travaglia (1985, p. 174).

hipotéticas. Neste sentido foram apresentadas às descrições de gramáticos como Melo (1978), Bechara (1999), bem como a do descritivista Perini (1996).

E, por fim, foram apresentadas algumas pesquisas relevantes sobre o fenômeno de variação investigado, a saber, Travaglia (1985), Costa (1997), Silva (1998), Hirata (1999), Barbosa (2005), Sousa (2007).

CAPÍTULO 2

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, detalham-se as etapas percorridas na delimitação da variável em estudo; são apresentados seus objetivos e hipóteses, bem como a caracterização dos informantes e do *corpus* analisado; descrevem-se os passos da análise quantitativa realizada e os grupos de fatores controlados.

2.2. A PESQUISA SOCIOLINGUÍSTICA

Foi a partir da década de 60, com os estudos de Fisher (1958) sobre a alternância *-in / -ing* do gerúndio no inglês e com os estudos de Labov (1983 [1972]) na ilha Martha's Vineyard, que culminou o desenvolvimento dos estudos sociolinguísticos. Segundo Camacho (2003):

A partir desta década, os estudos sociolinguísticos tiveram a preocupação de fornecer a evidência da heterogeneidade inerente da linguagem e de demonstrar que a ocorrência de variação é sistemática, regular e ordenada. Assume-se conscientemente a posição de se contrapor ao princípio até então vigente de categoricidade, defendido especialmente pelo modelo gerativo, que pontificava, postulando o falante-ouvinte ideal de uma comunidade linguisticamente homogênea.

De acordo com Chambres (1996 *apud* CAMACHO, 2003) o próprio ato de coletar e analisar dados variáveis já constitui em si mesmo prova de que tais dados são controláveis,

uma vez que não é necessário abstrair a linguagem da variação do mundo real para torná-lo coerente. Para Camacho (2003), considerar a variável como uma unidade estrutural representou uma ruptura com a tradição linguística em um momento de renovação metodológica. Dessa forma, “a unidade de qualquer nível de análise linguística, que até antes do surgimento desta nova corrente teórica tinha sido inalterável, controlada e qualitativa, passa a ser mutável, sucessiva e quantitativa” (LABOV, 2008 [1972]).

Pelo fato de as línguas apresentarem certa dinamicidade e apresentar uma heterogeneidade intrínseca aos fenômenos linguísticos, é possível afirmar que ela, por sua vez, é condicionada não somente por motivações de ordem interna – fatores estruturais ou linguísticos, mas também por motivações de ordem externa, extralinguísticas ou sociais.

A variação pode ser sistematizada observando-se os seguintes aspectos: levantamento exaustivo de dados do vernáculo; descrição detalhada do envelope da variação (variável e variante); análise dos possíveis fatores condicionantes; encaixamento da variável no sistema linguístico e social da comunidade e projeção histórica da variável no sistema sociolinguístico da comunidade (TARALLO, 1990).

A literatura sociolinguística tem evidenciado que a estratificação social, o sexo e a escolaridade, dentre outros fatores influenciadores na realização das variáveis linguísticas podem contribuir para a sistematização da variação. “Aí reside à importância de se trabalhar com dados que reflitam o uso da língua, ‘ambientando-os’ no contexto social circundante e delimitando, através de uma análise quantitativa, que fatores de um conjunto total são relevantes” (BERLINK, 1988, p. 28-29).

A sociolinguística variacionista procura quantificar estas informações e a medida usada é a variação linguística, isto é, uma classe de variantes linguísticas codificadas em

unidades que podem ser medidas em escala linear e que são correlacionadas com variáveis extralinguísticas.

A Sociolinguística Quantitativa estuda a interação entre o uso da língua e a organização do comportamento de fala. Refere-se, por conseguinte, ao comportamento verbal em termos de relações entre categorias, como ambiente, participação, tópico, funções da interação, forma e valor que os participantes atribuem a cada uma destas categorias.

Segundo Guy e Zilles (2007, p. 73):

A realização de análises quantitativas possibilita o estudo da variação linguística, permitindo ao pesquisador apreender sua sistematicidade, seu encaixamento linguístico e social e sua eventual relação com a mudança linguística. A variação linguística, entendida como alternância entre dois ou mais elementos lingüísticos, por sua própria natureza, não pode ser adequadamente descrita e analisada em termos categóricos ou estritamente qualitativos. [...] O uso de métodos estatísticos, contudo, tem permitido demonstrar o quão central a variação pode ser para o entendimento de questões como identidade, solidariedade ao grupo social, comunidade de fala, prestígio e estigma, entre tantas outras.

Para Schiffrin (1981, p. 45), as narrativas orais são o ambiente ideal para o estudo quantitativo da variação no plano discursivo, com uma estrutura interna regular, o que propicia uma análise controlada e sistematizada dos aspectos formais e funcionais da variação.

Ao realizar a entrevista, é preciso a presença de um elemento estranho, o pesquisador, em uma situação dialógica também estranha, a presença de um aparelho que grave a fala do entrevistado, gerando o que Labov (2008 [1972]) afirma ser o paradoxo do observador. Diante do fato de o pesquisador ter que coletar uma quantidade de amostra do vernáculo adequada e dirigida aos seus estudos, como fazer com que o falante

espontaneamente fale o seu vernáculo¹⁹ diante de um pesquisador que o toma como material de análise?

Segundo Tarallo (1990, p. 20):

Uma primeira alternativa seria a de procurar fazer o papel do pesquisador-observador: o pesquisador que não participa diretamente da situação de comunicação. Dessa maneira não será prejudicada a naturalidade da situação! Os antropólogos – linguistas ou não – muito têm se servido desse método de coleta de dados. O sociolinguísta, porém, sentirá a necessidade de controlar os tópicos de conversa e de eliciar realizações da variável linguística em que esteja interessado. O pesquisador da área da sociolinguística precisa, portanto, participar diretamente da interação. É claro que, sendo especialmente interessado na comunidade como um todo, ele também se utilizará do método da observação no momento de adentrar a comunidade de falantes. Sua participação direta na interação com os membros da comunidade é, no entanto, uma necessidade imposta pela própria orientação teórica.

Diante do fato de o pesquisador sociolinguísta necessitar de grande quantidade de dados, sendo para isso, coletados através de sua participação direta na interação com os falantes, surge, portanto, o paradoxo do observador apresentado por Labov.

Tarallo (1990, p 21) apresenta em seu livro, com base em Labov (2008), o método de entrevista sociolinguística, e afirma que:

O propósito do método de entrevista sociolinguística é o minimizar o efeito negativo causado pela presença do pesquisador na naturalidade da situação de coleta de dados. De gravador em punho, o pesquisador-sociolinguísta, como afirmamos deve coletar: 1. situações naturais de comunicação linguística e 2. grande quantidade de material, de boa qualidade sonora. [...] Seja qual for a natureza da situação de comunicação, seja qual for o tópico central da conversa, seja quem for o informante, o pesquisador deverá tentar neutralizar a força exercida pela presença do gravador e por sua própria presença como elemento estranho à comunidade. [...] A palavra “língua” deverá ser evitada a qualquer preço, pois o objetivo é que o informante não preste atenção a sua própria maneira de falar. [...] Para atingir tais propósitos metodológicos podem-se

¹⁹ Enunciação e expressão de fatos, proposições, idéias (o que) sem a preocupação de como enunciá-los (TARALLO, 1990).

formular módulos (ou roteiros) de perguntas: um questionário-guia de entrevista.

Dessa forma, estratégias para tentar minimizar os efeitos do paradoxo do observador costumam ser aplicadas, sendo assim, tomamos como estratégia a organização de entrevistas dirigidas para determinados temas com os quais os falantes se envolvam e esqueçam que estão sendo gravados, como situações de risco (roubo, sequestro), mudança de vida (ganhar na sena), além de questões sobre assuntos específicos: política (se ele fosse o atual presidente do Brasil), religião (se o mundo acabasse hoje); este último foi relacionado ao tema religioso tendo em vista que a maioria dos entrevistados fazem parte de uma denominação cristã.

Vale ressaltar também que o objetivo de se trabalhar com entrevistas dirigidas deve-se ao fato de os participantes, ao falar sobre algo em que eles estejam inseridos, envolvem-se com o tema discorrido e se esquecem de monitorar a fala. Dessa forma, organizamos um guia de perguntas, como exemplificado na tabela 2:

1. E... se você ganhasse na sena?
2. E... se você fosse o (a) atual presidente (a) do Brasil?
3. E... se o mundo fosse acometido por um vírus letal?
4. E... se o mundo acabasse hoje?
5. E... se você ou alguém da sua família fosse vítima de algum tipo de violência?
6. E... se existisse vida em outros planetas?
7. E... se houvesse uma terceira guerra mundial, você?
8. E... se algum parente seu fosse convocado para a guerra, você?

Tabela 2: Guia de perguntas para a formação do *corpus* da pesquisa.

2.3. TRÊS FASES EM ANÁLISE QUANTITATIVA

Nesta subseção, seguindo as ideias de Guy e Zilles (2007), são apresentadas *as três fases de uma pesquisa dentro de em uma análise quantitativa*.

Ao curso do desenvolvimento de qualquer análise Sociolinguística, o pesquisador deverá passar por três fases sucessivas:

1. Coleta de dados;
2. Redução e apresentação dos dados;
3. Interpretação e explicação de dados.

Segundo Guy e Zilles (2007: 20), a coleta de dados lida com as seguintes perguntas: “Como obtemos os dados? Os dados são válidos para refletir o fenômeno investigado? Os procedimentos para a obtenção dos dados são confiáveis e reproduzíveis? O que pode ser feito para minimizar a parcialidade dos dados?”.

Tais medidas relacionadas acima, segundo os autores, são cruciais para o sucesso de qualquer pesquisa de cunho dialetal. No que diz respeito à fase sobre a redução e apresentação dos dados, “esta relaciona-se ao modo de como devemos olhar e reduzir os dados. Observar o que é realmente relevante para a continuidade do levantamento do material organizado” (*op. cit.*).

A última fase, a da interpretação e explicação dos dados, é aquela em que tentamos responder a questão “o que significa isso?”. Segundo os autores “a explicação, obviamente, está além do domínio da metodologia; explicações satisfatórias virão do nosso conhecimento e experiência como linguistas e das teorias que desenvolvemos sobre a natureza da linguagem humana”. Porém, “há uma variedade de métodos quantitativos que

podem nos ajudar a ir ao encontro desse fim, permitindo-nos tirar inferências dos dados, testar hipóteses e interpretar os resultados”.

2.4. OBJETIVOS E HIPÓTESES DA PESQUISA

Tendo como objetivo principal o de verificar como está se dando a alternância entre o FP e o PII, nossa dissertação segue os moldes da Teoria da Variação Linguística de William Labov (1972). Para tanto, a fim de realizarmos uma análise quantitativa a partir dos dados obtidos, tentamos responder as seguintes perguntas:

1. O PII suplanta o FP na oração principal em contextos hipotéticos na fala de maceioenses?
2. A ordem canônica (prótase + apódose) favorece o uso tanto do FP quanto do PII na oração principal nos contextos hipotéticos?
3. O paralelismo favorece o emprego do tempo verbal?
4. Os homens tendem a usar mais as formas do PII do que as mulheres?
5. Os indivíduos com o nível de escolaridade fundamental utilizam mais o PII do que os indivíduos com o nível escolar superior?
6. Os indivíduos da faixa etária de 15 a 30 anos utilizam mais o PII que os indivíduos de 31 e 45 anos e os de acima de 45 anos?

Tomando como base algumas pesquisas (cf. COSTA, 1997; BARBOSA, 2005; SILVA, 1998; SOUSA, 2007) vemos que a alternância entre FP e PII é recorrente tanto na fala quanto na escrita e que não há respostas significativas a respeito dessa alternância por parte dos gramáticos que tendem a argumentar que essa variação se dá principalmente em

situações de fala informal. Dessa forma, a partir dos questionamentos acima, propomos como respostas provisórias:

1. Por a língua ser heterogênea e heteroclítica acreditamos que há sim uma alternância entre os tempos verbais em questão e que em se tratando da alternância na oração principal entre FP e PII em contextos hipotéticos, acreditamos que o PII suplanta o FP.
2. Tendo em vista que na ordem canônica (prótase + apódose), o uso tanto de FP quanto o de PII é semelhante (cf. BARBOSA, 2005; SILVA, 1998), acreditamos que nessa ordem tanto o FP quanto o PII são recorrentes.
3. Tomando como base o pensamento de Scherre (1998) de que em ocorrências em cadeia FP levaria a FP e PII a PII, acreditamos que o paralelismo formal favorece o emprego do tempo verbal.
4. Seguindo uma referência ao estudo sobre o fator gênero/sexo de que os homens tendem a ser menos conservadores de que as mulheres supomos que eles tendem a usar mais o PII do que elas.
5. Tendo em vista que pessoas com nível fundamental tendem a usar mais as formas consideradas não padrão, cremos que os informantes com nível superior tendem a usar mais a forma considerada padrão, ou seja, o FP, ao passo que os com nível escolar mais baixo, fundamental, tendem a usar o PII.
6. Acreditamos que os indivíduos da faixa etária de 15 a 30 anos utilizam mais o PII do que os indivíduos de 31 e 45 anos e os de 46 a 60 anos.

2.5. O *CORPUS* DA PESQUISA E A ANÁLISE QUANTITATIVA

O universo desta pesquisa é formado por um *corpus* composto por 48 entrevistas, por meio de um recorte na língua portuguesa falada no Brasil, investigando-se a cidade de Maceió – Alagoas.

Os informantes selecionados para a montagem do *corpus* desta pesquisa foram homens e mulheres, com níveis de escolaridades diversos, tais como: nível fundamental, nível médio e nível superior. Todos eles compõem três grupos de idade: o primeiro envolve pessoas de 15 a 30 anos; o segundo informantes de 31 a 45 anos e o terceiro grupo composto por pessoas com idade entre 46 a 61 anos.

Vale salientar que a composição dos grupos de idade foi baseada em Labov (2008 [1972]), embora tenha sido feita uma adaptação aos grupos etários de acordo com a realidade brasileira. Labov (2008 [1972]) considera que:

Divisões em grupos de um continuum de idade devem ser consoantes, de modo aproximado, com os estágios da vida. Na sociedade americana moderna, esses estágios estão em alinhamento com: grupos de pré-adolescentes (8-9), membros de grupos de pré-adolescentes (10-12), envolvimento em relações heterossexuais e grupos adolescentes (13-16), Ensino médio completo e orientação para o mundo do trabalho e/ou universidade (17-19), o início de emprego regular e constituição de família (20-29), total engajamento no mundo do trabalho e responsabilidades familiares (30-59), aposentadoria (60 em diante).

Como este trabalho se insere dentro de uma perspectiva sociolinguística, que tem como objeto de estudo verificar a língua falada no seu estado mais natural e espontâneo, procurou-se assegurar a maior proximidade possível do vernáculo durante a coleta de dados, distanciando do denominado por Labov (2008 [1972]) como o paradoxo do

observador. Os dados de fala foram coletados através de entrevistas gravadas em instrumento digital e transcritas segundo a norma ortográfica para posterior seleção e tratamento quantitativo e percentual, segundo Labov (2008 [1972]).

Depois de selecionados, os dados coletados foram submetidos ao modelo estatístico aplicado à Sociolinguística Quantitativa, o programa computacional GoldVARBRUL 2001, também conhecido como VARBRUL (PINTIZUK, 1988), que “calcula o número de ocorrências das variantes em correlação com os fatores controlados, sua frequência em percentual, e ainda estabelece os níveis de interatividade dos grupos de fatores em termos de pesos relativos, com cálculos probabilísticos”.

O cálculo de probabilidades atua em níveis. Em um primeiro nível, o programa calcula a probabilidade de atuação de cada grupo de fatores separadamente, selecionando o grupo mais significativo para a escolha das variantes. Feito isso, o segundo nível do programa faz interagir o primeiro grupo significativo com os demais, testando a significância de cada novo grupo e selecionando o próximo grupo de fatores estatisticamente relevante, operando sucessivamente até que nenhum outro grupo seja selecionado.

A relevância do programa está na interação dos grupos de fatores controlados na pesquisa, estabelecendo os níveis hierárquicos de significância desses grupos para a seleção das variantes linguísticas analisadas. Os resultados numéricos obtidos pelo programa só têm valores estatísticos.

Segundo NARO (2003, p. 25), o VARBRUL constitui-se como "uma ferramenta poderosa e segura que pode ser usada para o estudo de qualquer fenômeno variável nos diversos níveis e manifestações linguísticas", cabendo, portanto, ao linguista a sua interpretação e atribuição de valores linguísticos.

2.6. ENVELOPE DE VARIAÇÃO

O envelope de variação desta pesquisa é composto por fatores linguísticos e não-linguísticos, conforme proposto na metodologia da Sociolinguística Quantitativa (ROUSSEAU e SANKOFF, 1978). Na tabela abaixo é apresentada a classificação das nomenclaturas das siglas dos grupos de fatores utilizadas para a rodagem do VARBRUL:

SEXO	ESCOLARIDADE	IDADE	ORDEM DA SENTENÇA	PARALELISMO FORMAL
h-homem	f-fundamental	j-jovem	w- realização nula	p- paralelismo
m-mulher	s- superior	a-adulto	c- ordem canônica	n- não paralelismo
		i-idoso	d- ordem não canônica	y- realização nula

Tabela 3. Classificação das nomenclaturas das siglas dos grupos de fatores.

Vejamos a seguir, os envelopes de variação, seguido dos grupos de fatores a serem analisados.

Envelope de Variação

Variável dependente:

(0) Futuro do pretérito do indicativo (FP)²⁰

(1) Pretérito imperfeito do indicativo (PII)

Grupo de Fatores:

Grupo 1: Ordem da sentença.

²⁰ As locuções verbais de cada um dos tempos investigados foram analisados juntamente com os verbos simples.

Ao verificarmos sob o ponto de vista do contexto sintático, a variação em questão pode ocorrer tanto em períodos hipotéticos (Se eu pudesse comprar aquele carro eu comprava/compraria/ia comprar...) ou em orações encaixadas (A Thaise disse que chegava/chegaria/ia chegar tarde em casa).

No que diz respeito ao período hipotético, a inversão da ordem canônica (condição + consequência) tem implicações na escolha da variante. Dessa forma, partimos da hipótese de que a ordem canônica favorece o uso tanto do FP quanto do PII na oração principal em contextos hipotéticos, ao passo que a realização da ordem não-canônica condicionaria o uso do futuro do pretérito.

(38) Se eu tivesse o poder eu *mudava* tudo. (2hswc)

(39) Se eu pudesse eu *mudaria* a partir daí. (1msawc)

(40) Nem sei dizer o que *faria* se eu ganhasse. (1msjwd)

(41) *Ia matar* essa pessoa se ele matasse alguém da minha família. (2hsjwd)

(42) *Botava* numa cadeira elétrica. (2hfawy)

(43)... Eu *buscaria*. (1mfjwy)

Como podemos observar, os exemplos (38 e 39) dizem respeito à ordem canônica, as sentenças (40 e 41) a ordem não canônica. Porém, os exemplos (42 e 43) dizem respeito à realização nula do fator ordem da sentença, tendo em vista que nem sempre as realizações se davam na ordem (prótase + apódose ou apódose + prótase).

Creemos que o fato de tal alternância pode estar relacionada ao princípio da iconocidade. Costa (2003), em seu trabalho, acrescenta que a ordem inversa contraria as expectativas de que condições precedem fatos; a presença de pretérito imperfeito na ordem

inversa demandaria, segundo a autora, maior esforço cognitivo por parte do ouvinte, pois enquanto a oração condicionante não é anunciada, a interpretação do imperfeito pode ser ambígua: trata-se de uma hipótese ou de um passado habitual?

Grupo 2: Paralelismo Formal

O último grupo de fatores linguísticos diz respeito a um fenômeno conhecido na literatura como paralelismo formal, que foi dividido em dois fatores: paralelismo e não paralelismo.

(44) Aí agora é complicado porque *iria* mexer comigo, mas eu me *apegaria* a Deus do mesmo jeito. (1hfapy)

(45) Todo mundo *ia* morrer o mundo *ia* acabar por exemplo. (2hsjpy)

(46) *Seria* um impacto muito grande *ia* ficar muito revoltada *ia* procurar a justiça. (1mfiny)

(47) Ia dar... *ia* dar o meu melhor, só que eu *acreditaria* que *seria* sem chance de vitória. (2hfjny)

Verificando os exemplos acima, vemos que nas sentenças (44 e 45) temos a realização do paralelismo, sendo no exemplo (44) com a realização do FP e no (45) com o PII. Já nas sentenças (46 e 47) vemos a ocorrência do não paralelismo. Vale salientar que no *corpus* desta dissertação houve também a realização nula do paralelismo, ou seja, houve a presença de verbos únicos na sentença (ver exemplos 48 e 49), uma vez que segundo

(BARBOSA, 2005), para haver a realização do paralelismo é necessária a presença de verbos em cadeia, o que não aconteceu em algumas sentenças.

(48) A gente deveria buscar recurso. (1hfjwy)

(49) Seria descoberto. (1hfjwy)

Segundo Costa (1997), no que diz respeito à alternância estudada, esta variável tem sido investigada em muitos trabalhos variacionistas. Scherre (1998) enumera uma série de fenômenos sensíveis a este princípio, na idéia de que as formas tendem a se repetir no discurso. Em resumo, o princípio do paralelismo pode ser definido como uma tendência à repetição da mesma variante quando os dados aparecem em cadeia. Para o princípio do paralelismo, no caso de aparecerem ocorrências em cadeia, o pretérito imperfeito levaria ao imperfeito, o futuro do pretérito ao futuro do pretérito. Assim sendo, no que diz respeito ao paralelismo em cadeia, nossa hipótese é a de que o paralelismo favorece o emprego do tempo verbal em questão.

Grupo 3: Idade

(a) 15 a 30 anos

(b) 31 a 45 anos

(c) 46 a 61 anos

No que diz respeito ao fator externo idade, colocamos como uma das hipóteses a ser verificada a de que os indivíduos da faixa etária de 15 a 30 anos utilizam mais o PII do que os indivíduos de 31 e 45 anos e os de 46 a 61 anos.

(50) Se existisse eu *queria* conhecer. (1hsjwc)

(51) Se meus parentes fosse convocados né assim irmão essas coisa toda eu *ficaria* triste. (1mfawc)

(52) Se eu ganhasse na sena a princípio eu *ia* organizar minha vida. (2hsiwc)

Tal hipótese foi desenvolvida devido ao fato de que as pessoas mais velhas tendem a ser mais resistente às novas formas em uso na língua, ao passo que os mais jovens tendem a realizar, mais frequentemente, atos de fala impregnados por formas em variação linguística. O que esperávamos com esse grupo de fatores é verificar se o uso de uma das formas está associado a algum grupo etário.

Grupo 4: Sexo

(d) Homens

(e) Mulheres

(53) Se acometido pelo vírus letal o mundo, *iria* lamentar pelo nosso sofrimento.
(1hsiwy)

(54) Se eles fossem assim eu não *ia* chegar nem perto. (2mfiwc)

Segundo Paiva (1994), a primeira referência entre Variação Linguística e o fator gênero/sexo se encontra em Fisher (1958) em um estudo intitulado *Influências sociais na*

escolha de variantes linguísticas. Nessa pesquisa, Fisher constatou que a forma de prestígio tende a predominar na fala feminina.

Para este grupo de fatores, temos como hipótese o fato de que as mulheres, em seu ato espontâneo de fala, tendem a realizar, com mais frequência, o FP, ao passo que os homens utilizam o PII. Para corroborar a nossa hipótese, Paiva (1994) diz que “o sexo é um fator significativo nos processos de variação e mudança e atua no sentido de que as mulheres, em geral, apresentam maior propensão à observância às normas linguísticas”. Podemos constatar a partir dos dados preliminares do *corpus* que tanto os homens quanto as mulheres tendem a alternar o FP e o PII em contextos hipotéticos.

Grupo 5: Escolaridade

(f) Nível fundamental

(g) Nível superior

(55) Se ele quisesse ele *ia* também. (2hsiwc)

(56) Se fosse minha avó ou meu vô sei não o que é que eu *ia* fazer. (2mfjwc)

Tomamos como hipótese para esta questão a de que os indivíduos com o nível de escolaridade fundamental utilizam mais o PII do que os indivíduos com o nível escolar superior.

Segundo Votre (1994), a observação do dia a dia confirma que a escola gera mudanças na fala e na escrita das pessoas que as frequentam e das comunidades

discursivas. Constatase, por outro lado, que ela atua como preservadora de formas de prestígio, face às tendências de mudança em curso nessas comunidades.

Acreditamos que os informantes com nível superior, conforme muitos leigos em linguística acreditam, “sigam o uso mais correto da língua”, tendo em vista que esses alunos aprendem as codificações que a gramática escolar considera de prestígio. Porém, em relação a esta questão, vale salientar que os informantes com nível escolar fundamental, de alguma forma, tiveram contato, na escola, com os padrões estabelecidos pela gramática normativa. Para tal questão, nossa hipótese sustenta a ideia de que os informantes com grau superior, em situações reais de fala, utiliza-se de uma fala mais próxima do considerado “padrão” do ponto de vista normativo.

Logo, concordando com a ideia de Votre (1994), o nível de escolaridade continua a exercer um papel crítico na fundamentação geral do domínio da língua padrão pelos informantes.

CAPÍTULO 3

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, apresentamos a análise dos dados obtidos a partir das rodadas realizadas pelo GoldVARBRUL 2001, conhecido também como VARBRUL, que se dá após o cruzamento da variável dependente e dos grupos de fatores apresentados no capítulo 2.

Primeiramente, apresentamos as variáveis estatisticamente significativas e a variável não significativa julgada pelo VARBRUL e, em seguida, apresentamos a frequência geral da variável dependente (FP e PII) ocorrida na fala dos informantes selecionados. Por fim, é apresentada a análise dos dados obtidos. No intuito de tornar mais clara a exposição dos resultados, a análise é realizada em tópicos e são apresentados gráficos e tabelas, de acordo com os fatores em foco para melhor visualização e entendimento.

Para a apresentação das variáveis estatisticamente significativas e não significativas, tomamos como base Guy e Zilles (2007, p. 208) que diz:

Outra prática comum é o pesquisador apresentar, também, antes da discussão detalhada dos resultados, uma lista com os grupos de fatores selecionados pelo VARBRUL como estatisticamente significativos, na ordem em que foram selecionados.

Como nossa pesquisa é composta por uma variável binária, ou seja, representada por duas variáveis dependentes (FP e PII), para a seleção dos dados considerados estatisticamente significativos realizamos duas rodadas. Na primeira rodada, consideramos o FP como a aplicação da regra, ao passo que na segunda rodada, consideramos como

aplicação de regra a variável PII. Ao obtermos as duas rodadas e, conseqüentemente, a comparação entre os dois fatores selecionados como aplicação de regra, separadamente, o VARBRUL apresentou os seguintes dados:

a. Variáveis estatisticamente significativas para a variável dependente:

1. Escolaridade
2. Ordem da sentença
3. Idade
4. Sexo

b. Variável não estatisticamente significativa para a variável dependente:

1. Paralelismo Formal

3.1. VARIÁVEL DEPENDENTE

Tomando como base a alternância entre as formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito do indicativo na oração principal em contextos hipotéticos, podemos concluir que ela é condicionada tanto por fatores sociais como por fatores linguísticos. O *corpus* organizado compôs-se de 589 ocorrências, distribuídos nos seguintes tempos verbais (FP) e (PII), conforme tabela 4:

Variável dependente	Total de ocorrências	Percentual
FP	354	61%
PII	235	39%
Total	589	100%

Tabela 4: Total de ocorrências de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito do indicativo

Observamos na tabela 4, dentre as 589 ocorrências, 354 realizações de futuro do pretérito e 235 de pretérito imperfeito do indicativo. Tais resultados nos revelam um percentual de 61% para a realização de FP contra 39 % para a realização de PII, conforme ilustramos no gráfico 1:



Abaixo são apresentadas algumas frases que exemplificam a distribuição geral da alternância dos verbos em questão:

(57) Se houvesse eu ia ficar muito triste. (2mfawc)

(58) Se o mundo acabasse hoje eu ia estar sozinha em casa pensando nos dois. (2hsiwc)

(59) Se fosse hoje e se eu tivesse uma arma na mão eu mataria. (1hsiwc)

(60) Se hoje fosse o meu último dia de vida ah... eu não acharia não bom. (1mfawc)

(61) Se eu fosse o atual presidente do Brasil eu iria acabar com a desigualdade social. (1hsawc)

Os resultados revelam que há uma variação entre as duas formas, porém, diferentemente do que levantamos na nossa hipótese, o futuro do pretérito apresenta uma maior ocorrência do que o pretérito imperfeito do indicativo. A diferença percentual entre as duas formas verbais é significativa (22%). Dessa forma, a nossa hipótese de que o pretérito imperfeito suplanta o futuro do pretérito, em contextos hipotéticos, é refutada. Tal representação vai de encontro com os resultados obtidos por Barbosa (2005), que em seu trabalho realizado na fala Uberlandense, seus dados revelam que as duas formas distribuem-se de forma harmônica, uma vez que a diferença de frequência entre FP e PII é de (11,4%), sendo, portanto, não significativa, segundo a autora.

3.2. VARIÁVEIS ESTATISTICAMENTE SIGNIFICATIVAS

Dentre os seis grupos de fatores selecionados para a análise do fenômeno em questão, ou seja, fatores potencialmente relevantes, o VARBRUL excluiu apenas 1, o fator paralelismo formal. Porém os demais: escolaridade, ordem da sentença, idade e sexo, foram selecionados como estatisticamente significativos para o programa.

Segundo Guy e Zilles (2007), é tarefa do pesquisador apresentar em seu trabalho os resultados tanto de significância estatística quanto os que não são representativos

estatisticamente, uma vez que a falta de significância já é uma resposta ao questionamento do pesquisador. Nesse sentido, em nossa pesquisa, é apresentada também a variável não considerada potencialmente relevante para o VARBRUL. Entretanto, apresentaremos primeiramente as variáveis estatisticamente relevantes²¹.

3.2.1. ESCOLARIDADE X VARIÁVEL DEPENDENTE

A variável escolaridade foi o primeiro fator social classificado como estatisticamente relevante pelo VARBRUL. Para melhor análise, separamos esse fator em dois: nível fundamental e nível superior. A fim de encontrarmos uma resposta apresentamos como hipótese em nosso trabalho, no que diz respeito à variável descrita agora, que os indivíduos com nível fundamental utilizam mais o pretérito imperfeito que o futuro do pretérito quando as perguntas são hipotéticas e iniciadas pela conjunção condicional *se*, na oração principal.

(62) Se existisse minha atitude era de medo. (2hfiwc)

(63) Se eu pudesse eu mudaria a partir daí. (1msawc)

(64) Se fosse eu ia. (2hsjwc)

(65) Se eu pudesse mudar alguma coisa eu mudaria a educação no país. (1hsjwc)

Como podemos observar, a partir dos dados acima, tanto os informantes com nível fundamental quanto os com nível superior se utilizam das formas verbais em análise. Porém os com nível fundamental utilizam mais o PII ao passo que os com nível superior utilizam

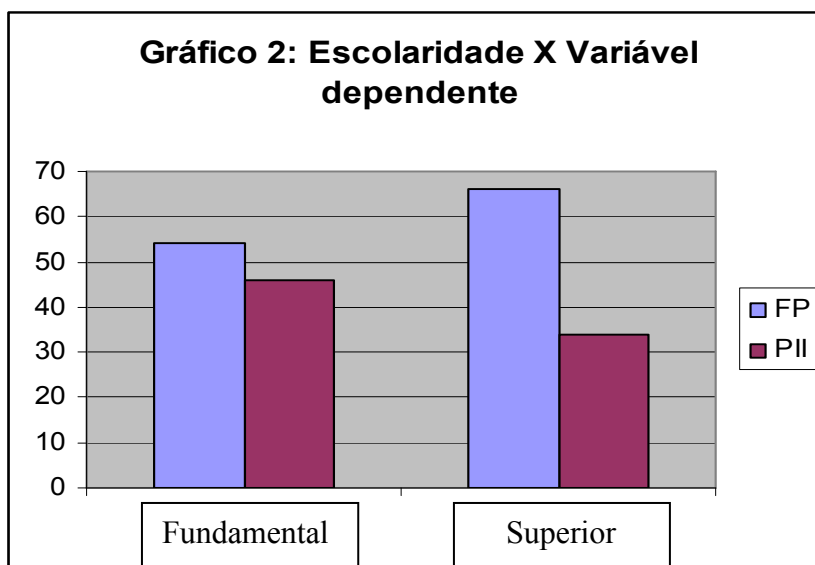
²¹ Tabelas e gráficos são apresentados para dar uma maior visibilidade aos dados apresentados.

mais o FP. Para melhor entendimento vejamos a tabela 5, que representa a utilização da variável dependente em relação ao fator social em questão.

Escolaridade	FP Aplic./Total/Percentual	PII Aplic./Total/Percentual
Fundamental	154 / 354 54%	133 / 235 46%
Superior	200 / 354 66%	102 / 235 34%

Tabela 5: Escolaridade X Variável dependente

Em um total de 354 ocorrências de FP, obtivemos 154 ocorrências com informantes com nível fundamental e 200 ocorrências nos os informantes com nível superior, representando assim, respectivamente, uma porcentagem de 54% e 66%. Em relação à outra variável dependente de nossa pesquisa, PII, os dados nos revelam que de um total de 235 ocorrências, 133 ocorrências foram realizadas por informantes do nível fundamental, ao passo que 102 ocorrências por informantes de nível superior, numa porcentagem de 46% e 34%, respectivamente, conforme ilustrado no gráfico 2:



Tendo em vista que o PII é utilizado em situações de fala espontânea e, por isso, considerada uma forma não padrão pela gramática e que o FP é utilizado mais na linguagem formal, ou seja, mais próxima do padrão, os dados acima confirmam nossa hipótese de que os informantes com nível fundamental tendem a utilizar mais o PII do que os informantes com nível superior, que tendem a utilizar mais o FP.

Assim, analisando o peso relativo da variável dependente com o fator social em questão, tendo em vista que o peso relativo mostra a relevância da variável analisada, obtemos os seguintes pesos relativos, segundo apresentamos na tabela 6:

Escolaridade	FP	PII
	Aplic./Total/Peso relativo	Aplic./Total/Peso relativo
Fundamental	154 / 354 .44	133 / 235 .56
Superior	200 / 354 .56	102 / 235 .44

Tabela 6: Peso relativo do fator escolaridade

O peso relativo de cada variável dependente, sendo (.44 e .56) para FP e (.56 e .44) para PII, respectivamente para a escolaridade fundamental e superior, confirma o que foi dito anteriormente. Assim sendo, os dados revelam que essa variável supostamente apresentada como relevante por nós no início da pesquisa é uma variável estatisticamente significativa para o estudo, segundo o VARBRUL, apresentando-a como o fator de maior significância para a nossa pesquisa.

3.2.2. ORDEM DA SENTENÇA X VARIÁVEL DEPENDENTE

Nesta subseção é apresentada a segunda variável considerada relevante para a nossa pesquisa. No que se refere à variável ordem da sentença, a subclassificamos em duas, ou seja, a separamos em ordem canônica e ordem não canônica. Para melhor entendimento, dizemos ordem canônica para toda aquela que se inicia com a conjunção subordinada condicional *se*, mais conhecida como a ordem (prótase + apódose), representada pelo exemplo abaixo:

(66) Se fosse um filho meu eu ia ficar meio pensativo. (2hsjwc)

(67) Se eu pudesse eu não poupava... (2hfawc)

A ordem não canônica é a ordem invertida (apódose+ prótase), em que a oração principal vem primeiro e, em seguida, a oração condicional, como exemplificado a seguir:

(68) Mudaria muitas coisas no Brasil começando pela educação, se eu fosse o atual presidente do Brasil. (1hsjwd)

(69) Eu mudaria tudo, se eu pudesse. (1mfawd)

Vale ressaltar também que inserimos a realização nula na variável ordem da sentença, tendo em vista que as ocorrências nem sempre se realizavam na ordem canônica ou na ordem não canônica, como nos exemplos a seguir:

(70) Mudaria tudo já né, nesse sentido já mudaria. (1mfapy)

(71) Eu ajudava minha família, viajava, acho que só. (2hfjpy)

Para a variável analisada, tomamos como hipótese inicial a de que a ordem canônica favorece tanto o FP quanto o PII. Para visualizar melhor as ocorrências encontradas no *corpus* a respeito da variável, vejamos a tabela 7:

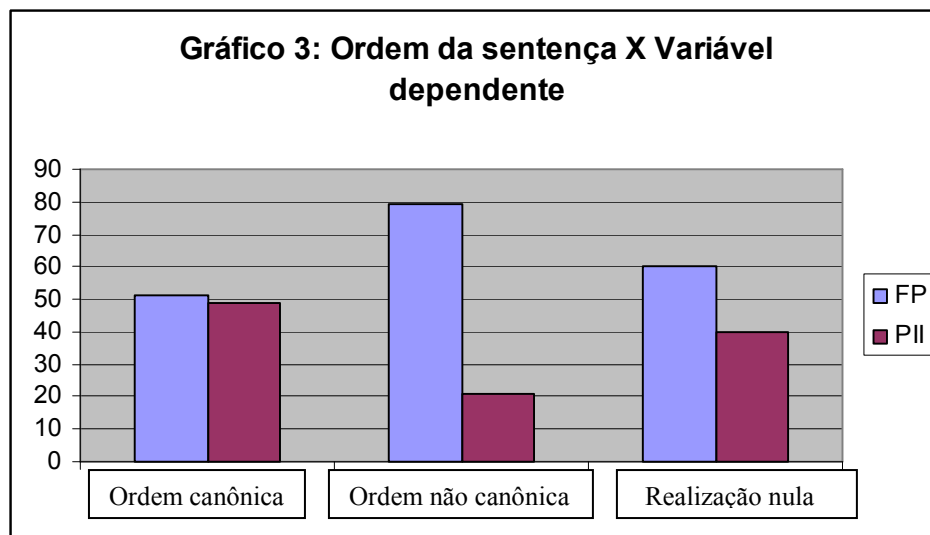
Ordem da sentença	Futuro do Pretérito Aplic./Total/Percentual	Pret. imperf. do indicativo Aplic./Total/Percentual
Ordem canônica	55 / 354 51%	51 / 235 49%
Ordem não canônica	34 / 354 79%	9 / 235 21%
Realização nula	265 / 354 60%	175 / 235 40%

Tabela 7: Ordem da sentença X Variável dependente.

Podemos observar na tabela acima que quando se trata da ordem não canônica, o FP é favorecido (79%). A realização nula também favorece o FP, (60%). Já a ordem canônica em termos percentuais é bem aproximada, apresentando uma diferença de apenas (2%). Porém o peso relativo desse fator nos mostra que quando se trata da ordem canônica o peso relativo de PII é maior, mostrando assim que a aplicação da regra favorece mais o PII do que o FP.

No início da pesquisa, acreditávamos que a ordem não canônica favorecia mais o FP, conforme os resultados apresentados no trabalho de Barbosa (2005), uma vez que o índice de ocorrência de PII em sua dissertação foi de (38,4%) e o índice de FP foi de (61,6%), ou seja, a ordem considerada não canônica favorecia mais o FP do que o PII. Os

nossos dados confirmam a nossa suposição, tendo em vista que, quando falamos em ordem não canônica, o FP é favorecido com (79%). O gráfico abaixo nos mostra essa relação:



Verificando o gráfico, essa afirmação confirmada pelos dados de que o FP é favorecido pela ordem apódose + prótase, ou seja, pela ordem não canônica, revela que, quando a oração principal do período hipotético antecede a oração condicional, o tempo verbal que ocorre com maior frequência (79%) é o FP.

O nosso resultado se aproxima da consideração de Tapazdi e Salvi (1998), que fazem uma pesquisa a respeito das ocorrências de PII e FP em prótases e apódoses. Os autores a respeito dessa questão afirmam que “são poucos os exemplos no Português Brasileiro (PB) com o imperfeito do indicativo na apódose”. Segundo os autores, em apódoses, seria mais frequente o uso de FP. Tapazdi e Salvi (1998) compararam as ocorrências de PII e FP no PB e no Português Europeu (PE) e constaram que em PE é comum ocorrer PI em apódoses, ao passo que em PB, é mais frequente a ocorrência de FP nas apódoses.

Nossa dissertação, portanto, confirma o pensamento de Tapazdi e Salvi (1998), uma vez que foi constatado, conforme tabela 7 e gráfico 3, que a ordem não canônica favorece o emprego de FP. Na tabela 8 é apresentado o peso relativo da variável em questão e a sua relevância.

Ordem da sentença	FP	PII
	Aplic./Total/Peso relativo	Aplic./Total/Peso relativo
Ordem canônica	55 / 354 .39	51 / 235 .61
Ordem não canônica	34 / 354 .65	9 / 235 .35
Realização nula	265 / 354 .47	175 / 235 .53

Tabela 8: Peso relativo do fator ordem da sentença

Analisando a tabela acima que apresenta o peso relativo de cada variável, podemos afirmar que os fatores de cada uma das variáveis que mais favorecem a aplicação da regra em questão são a ordem não canônica para a variável dependente FP, com (.65), a ordem canônica e a realização nula para a variável dependente PII, com (.61 e .53), respectivamente.

Logo, podemos concluir seguindo as porcentagens e os pesos relativos que, quando se trata do FP, a ordem não canônica é mais favorecida, ao passo que quando se trata do PII a ordem canônica é favorecida.

3.2.3. IDADE X VARIÁVEL DEPENDENTE

A terceira variável eleita pelo VARBRUL como sendo estatisticamente significativa foi a idade. Para essa variável, tomamos como ponto de partida, ou seja, nossa hipótese, a de que os falantes de 15 a 30 anos tendem a usar mais o PII do que os falantes de 31 a 45 anos e os de 46 a 61 anos, pois, acreditamos que os falantes mais jovens em seus atos de fala se utilizam uma linguagem menos formal, considerando o pressuposto gramatical de que o PII se encaixa nesta classificação. Porém, a realização de PII, em termos percentuais, é bem aproximada nas três faixas etárias, ao passo que o FP é mais favorável a faixa etária de 31 a 45 anos.

(72) Se eu ganhasse acredito que eu estava eleito. (2hfjwc)

(73) E... se eu pudesse ir gostaria de ajudar como auxiliar (1msiwc)

(74) Gostaria de conhecer, se desse. (1msawd)

(75) Se eu pudesse eu ia tirar algumas coisas que existe dentro do ser humano.

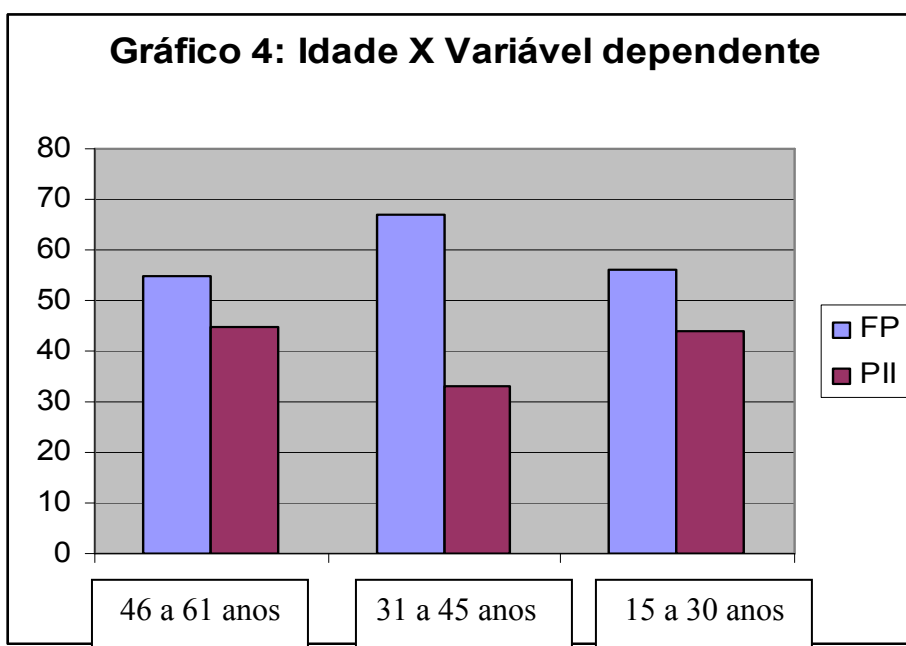
(2msawc)

Para melhor visualização dos valores percentuais dessa variável vejamos a tabela 9:

Idade	FP	PII
	Aplic./Total/Porcentagem	Aplic./Total/Porcentagem
15 a 30 anos	103 / 354 56%	80 / 235 44%
31 a 45 anos	145 / 354 67%	70 / 235 33%
46 a 61 anos	103 / 354 55%	85 / 235 45%

Tabela 9: Idade X Variável dependente

Tomando como base a tabela 9, podemos constatar que as porcentagens tanto do FP quanto do PII são bem aproximadas, porém a faixa etária de 31 a 45 anos apresenta a maior diferença percentual da tabela, com uma diferença de 34%. Isso nos leva a crer que nessa faixa etária o FP é mais recorrente. Em relação às demais faixas etárias (15 a 30 anos e 46 a 61 anos) o FP, de acordo com o valor percentual é mais favorecido do que o PII, mesmo a diferença sendo tão pouca, respectivamente (12% e 10%). Para uma melhor visualização dos valores percentuais observemos o gráfico 4:



Podemos observar, no gráfico 4 que, na faixa etária de 15 a 30 anos, a porcentagem de FP é de 56%, ao passo que a porcentagem de PII é de 43%. Na faixa etária de 31 a 45 anos, temos uma porcentagem de FP de 67% e de PII de 33%. E, na faixa etária de 46 a 61 anos, o valor percentual de FP é de 55% e de PII é de 45%. A tabela seguinte nos mostra o peso relativo da variável em análise.

Idade	Futuro do Pretérito Aplic./Total/Peso relativo	Pret. Imperf. do indicativo Aplic./Total/Peso relativo
15 a 30 anos	103 / 354 .44	80 / 235 .56
31 a 45 anos	145 / 354 .59	70 / 235 .41
46 a 61 anos	103 / 354 .47	85 / 235 .53

Tabela 10: peso relativo do fator idade.

Analisando a tabela do peso relativo da variável idade, podemos observar que o maior peso relativo refere-se à faixa etária de 31 a 45 anos para o FP com (.59). As demais faixas etárias apresentam maior peso relativo em relação à variável dependente PII, sendo respectivamente (.56) para idade de 15 a 30 anos e (.53) para idade de 46 a 61 anos.

A partir desses pesos relativos, podemos concluir que, nesta dissertação, no que se refere a faixa etária de 31 a 45 anos, o FP é favorecido, ao passo que as demais faixas etárias favorecem mais o uso do PII. Tal resultado confirma a nossa hipótese de que a faixa etária de 15 a 30 anos utiliza mais o PII e acrescenta ainda a faixa etária de 46 a 61 anos como também favorecedor dessa variável dependente.

Nossos dados confirmam os resultados obtidos por Costa (1997) e Silva (1998), cujas pesquisas variacionistas foram realizadas no Rio de Janeiro e em Florianópolis, respectivamente. Nas pesquisas citadas, a variante PII é mais empregada entre as pessoas mais jovens. Nossos resultados em relação à faixa etária são diferentes dos encontrados por Barbosa (2005), cuja pesquisa variacionista se deu em Uberlândia.

Nos dados de Barbosa (2005), não foi possível comprovar a hipótese de que os indivíduos mais jovens, de 20 a 30 anos, utilizam mais o PII, como comprovado em nossa dissertação, nos trabalhos de Costa (2007) e Silva (1998). Ao contrário do que foi suposto,

constatou-se que a faixa etária acima de 45 anos favorece o emprego de PII e que as faixas etárias de 20 a 30 anos e de 31 a 45 anos favorecem o emprego de FP.

3.2.4. SEXO X VARIÁVEL DEPENDENTE

A variável sexo foi a quarta e a última variável considerada estatisticamente significativa para o VARBRUL. Tomando como base o fato de que as mulheres são mais conservadoras que os homens, apresentamos como nossa hipótese inicial a de que as mulheres tendem a usar mais o FP e os homens o PII.

(76) Se eu tivesse certeza que o mundo acabasse hoje eu pedia perdão a Deus por todas as coisas feitas (2msiwc)

(77) Se houvesse uma terceira guerra mundial eu acredito que o mundo inteiro ia se acabar. (2hfjwc)

(78) Se eu tivesse o poder de transformar alguma coisa nesse mundo eu transformaria a violência no amor. (1msiwc)

(79) Se existisse eu queria conhecer. (1hsjwc)

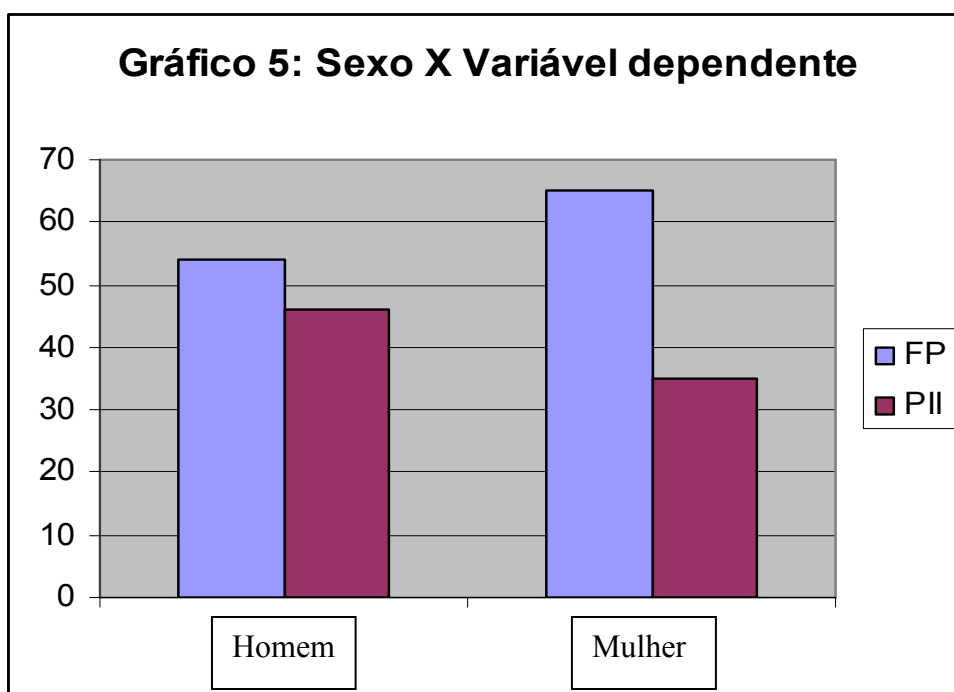
Em nossa análise obtivemos os seguintes resultados:

Sexo	Futuro do Pretérito Aplic./Total/Porcentagem	Pret. Imperf. do indicativo Aplic./Total/Porcentagem
Homem	153 / 354 54%	127 / 235 46%
Mulher	201 / 354 65%	108 / 235 35%

Tabela 11: Sexo X Variável dependente.

Esses resultados nos mostram que tanto os indivíduos do sexo masculino quanto os do sexo feminino, de acordo com os valores percentuais, tendem a usar mais o FP, com, respectivamente, (54% e 65%). Porém, a análise do peso relativo não confirma totalmente esse resultado.

O gráfico abaixo ilustra os valores percentuais dessa variável:



Analisando o gráfico, em termos percentuais, os homens tendem a usar mais o FP do que o PII, com um valor percentual de 54% e 45%, respectivamente. Podemos constatar aí uma pequena diferença nesse sentido (11%). Dessa forma, podemos concluir que tanto o FP quanto o PII são formas próximas para o sexo masculino. Já as mulheres tendem a usar mais o FP do que o PII, com um total percentual de 65% e 34%, respectivamente e uma diferença significativa de 31%. Isso nos leva a crer que as mulheres por serem

conservadoras utilizam a forma considerada padrão, o FP, ao passo que os homens, por serem menos conservadores, utilizam mais o PII. Para confirmar a relevância da variável sexo, vejamos abaixo o peso relativo:

Sexo	Futuro do Pretérito Aplic./Total/Peso relativo	Pret. Imperf. do indicativo Aplic./Total/Peso relativo
Homem	153 / 354 .44	127 / 235 .56
Mulher	201 / 354 .56	108 / 235 .44

Tabela 12: Peso relativo do fator sexo.

Analisando a aplicação do peso relativo, podemos afirmar que o FP é condicionado pelas mulheres (.56), ao passo que o PII é condicionado pelos homens (.56). Tal resultado confirma a nossa hipótese de que as mulheres tendem a usar mais o FP e os homens tendem a usar mais o PII. Tal fato deve se dar devido ao fato de as mulheres serem mais conservadoras que os homens.

3.3. VARIÁVEL ESTATISTICAMENTE NÃO SIGNIFICATIVA

Conforme vimos anteriormente, das 5 variáveis potencialmente levantadas como relevantes, 4 foram consideradas estatisticamente significativas e 1 considerada não significativa pelo VARBRUL. Nesse sentido, apresentamos nesta seção os resultados obtidos para a variável não significativa do ponto de vista estatístico. Tabelas e gráficos são utilizados também para uma melhor visualização dos dados.

3.3.1. PARALELISMO FORMAL X VARIÁVEL DEPENDENTE

O fator Paralelismo Formal ao ser comparado com o outro fator linguístico que foi estatisticamente significativo para o fenômeno em questão, de início parecia ser o mais relevante para o nosso trabalho. Porém a partir da verificação percentual e estatística realizada pelo programa computacional VARBRUL, o fator foi considerado estatisticamente não significativo.

Para muitas pesquisas linguísticas que se preocuparam em estudar a variação que ocorre entre FP e PII (cf. BARBOSA, 2005; SILVA, 1998; COSTA, 2003), a variável paralelismo formal foi considerada como muito relevante e influente na fala. Scherre (1998) enumera uma série de fenômenos sensíveis a este princípio, baseada na idéia de que as formas verbais tendem a se repetir no discurso. No presente estudo, a hipótese para o paralelismo formal é que, no caso de aparecerem ocorrências em cadeia, PII levaria ao PII e FP ao FP, e assim por diante. Então, nossa hipótese inicial foi a de que o paralelismo favorece o emprego do tempo verbal em questão.

Para a rodagem no VARBRUL subclassificamos de início o fator paralelismo formal em dois: ocorrência do fator paralelismo, não paralelismo.

(80) Seria muito importante é conhecer como eles se queriam conhecer a gente, né?

(1mfjpy)

(81) Ia dar um jeito de acabar com a fome ia procurar dar uma vida melhor para os mais carentes. (2mfipy)

(82) pediria perdão a Deus e pediria, pedia a ele que ajudasse todo mundo. (1hsjny)

(83) Ah... eu pedia justiça queria justiça. (2mfany)

Tendo em vista que para a ocorrência do fator descrito é necessária uma realização verbal em cadeia, fato este que em algumas sentenças não ocorreu, as realizações com verbos únicos, ou seja, na não ocorrência em cadeia, as denominamos realização nula. Vejamos os exemplos abaixo:

(84) Eu ia cair de joelhos orar a Deus. (2mfíwy)

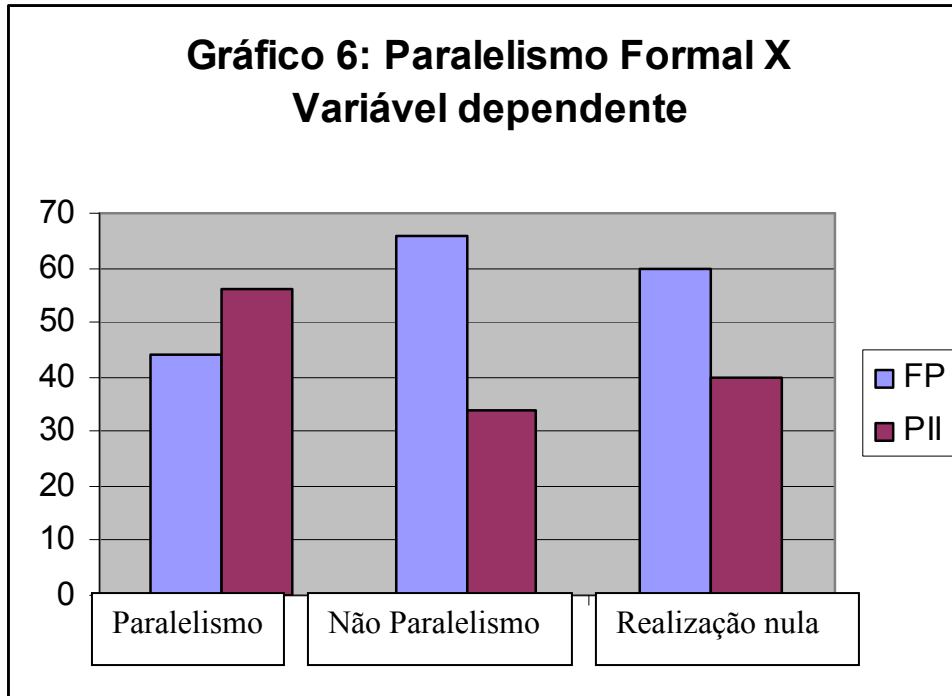
(85) Eu mudaria a justiça. (1mfawy)

Para melhor visualização do fator em questão é apresentada a tabela 13 que descreve o total de ocorrências e o valor percentual do fator em análise:

Paralelismo Formal	Futuro do Pretérito Aplic./Total/Percentual	Pret. imperf. do indicativo Aplic./Total/Percentual
Paralelismo	67 / 354 44%	67 / 235 56%
Não paralelismo	34 / 354 66%	17 / 235 34%
Realização nula	253 / 354 60%	164 / 235 40%

Tabela 13: Paralelismo Formal X Variável dependente.

Segundo os dados acima, obtivemos um valor percentual para paralelismo de 44% para FP e 56% para PII. No que diz respeito ao não paralelismo, podemos observar uma porcentagem de 66% para FP e 34% para PII. E, por fim, no que diz respeito à realização nula, os dados revelam para FP um valor percentual de 60% e para PII de 40%, conforme ilustramos no gráfico 6:



Analisando esses dados sob o ponto de vista percentual, vemos que no paralelismo a diferença entre FP e PII é de apenas 12%. Já para as ocorrências de não paralelismo e realização nula, a diferença sobe para 22% e 20%. Deste modo, podemos constatar a princípio que, para a realização do paralelismo, tanto o FP quanto o PII são recorrentes. E que para a não realização do paralelismo e para a realização nula, o FP é mais favorecido. Porém o peso relativo não confirma totalmente esses resultados. Para melhor entendimento vejamos a tabela 14 que nos mostra o peso relativo da variável em questão:

Paralelismo Formal	Futuro do Pretérito Aplic./Total/Peso relativo	Pret. imperf. do indicativo Aplic./Total/Peso relativo
Paralelismo	67/ 354 .46	67 / 235 .54
Não paralelismo	34 / 354 .56	17 / 235 .44
Realização nula	253 / 354 .50	164 / 235 .50

Tabela 14: Peso relativo do fator Paralelismo Formal

Para a realização do paralelismo o peso relativo de FP é de (.46) e para PII (.54). No que diz respeito ao não paralelismo e a realização nula, os dados nos revelam o peso relativo de FP e de PII é, respectivamente, (.56 e . 44) e (.50 e .50). Como podemos observar, o peso relativo da realização nula está dentro da escala de neutralidade, que para a análise binária é de (.50), indicando, deste modo, que para a alternância entre FP e PII na variável paralelismo ocorre sem distinção. Já nas outras, o peso relativo está mais próximo da neutralidade (.54 e .55), fato este também que evidencia que para o paralelismo e não paralelismo a variação de FP e de PII também ocorre sem grande elevação para um ou para outro.

Nossos resultados diferenciaram-se dos obtidos por Silva (1998), por Barbosa (2005) e por Costa (2003). A primeira pesquisadora considerou em sua dissertação, cuja pesquisa se realizou em Florianópolis, que o informante continua usando a forma já ativada, em virtude do paralelismo ocasionado no discurso. Os dados de Barbosa (2005) evidenciam que, além de o paralelismo formal favorecer o emprego de PII em detrimento do FP, constatou-se que o tempo verbal PI favorece o paralelismo e o tempo verbal FP favorece o não paralelismo. Os resultados de Costa (2005), cuja pesquisa foi realizada no

Rio de Janeiro, demonstraram o paralelismo como fenômeno típico da fala: na escrita, a maioria das ocorrências se deu isoladamente e, na fala, ao contrário, em cadeia.

Ainda, seguindo a idéia de Silva (1998), deve-se observar se houve também a ocorrência do paralelismo por meio do efeito gatilho, ou seja, se o informante tenderia a usar o mesmo tempo verbal que o entrevistador usou na fala ou na pergunta. Para que não ocorresse esse problema apresentado por Silva, nós, nesta dissertação, diferentemente de Silva (1998) e Barbosa (2005), realizamos nosso guia de perguntas sem a utilização de algum tempo verbal (FP ou PII), ou seja, nas entrevistas as perguntas foram realizadas somente com a oração subordinada condicional iniciada por *se*, sem a apresentação da oração principal. Como representado nos exemplos abaixo:

(86) E... se você ganhasse na sena?

(87) E... se o mundo fosse acometido por um vírus letal?

(88) E... se o mundo acabasse hoje?

Podemos observar, nos exemplos acima, retirados do questionário do nosso *corpus*, que tentamos não cair no chamado efeito gatilho, pois ao dar a oração subordinada, esperávamos como retorno do entrevistado a oração principal iniciada por *se*, porém em nem todas as realizações os entrevistados se utilizaram da forma iniciada por *se*, tendo em vista que eles responderam a pergunta realizada por nós. Dessa forma, mesmo não sendo considerado estatisticamente significativo, continuamos acreditando que esse fator é relevante para a nossa pesquisa.

3.4. CONCLUSÃO

Neste capítulo foi possível verificar os dados obtidos na pesquisa realizada. Como se observou, algumas hipóteses foram confirmadas, outras, no entanto, refutadas.

Além disso, foram apresentadas as análises a partir dos resultados obtidos pela rodagem no VARBRUL e de acordo com a Teoria da Variação Linguística ou também conhecida como Sociolinguística Quantitativa, abordada no capítulo 1 desta dissertação.

Apresentamos também alguns exemplos retirados do *corpus* desta pesquisa para que a mostra da análise e descrição dos dados se realizassem de forma mais clara e ilustrativa.

CAPÍTULO 4

CONCLUSÕES GERAIS

No que diz respeito à alternância entre o FP e o PII podemos afirmar que já existem alguns estudos realizados (cf. BARBOSA, 2005; SILVA, 1998; SOUSA, 2007), porém, até agora, não havia nenhum estudo desenvolvido no Nordeste, nem muito menos em Alagoas. Logo, nossa dissertação teve como objetivo principal, o de verificar como está se dando a alternância entre essas formas verbais em questão na fala de alagoanos na oração principal em construções hipotéticas.

Para tanto, construímos um *corpus* para nossa pesquisa tendo em vista que nos *corpora* já existentes havia poucas ocorrências da alternância entre FP e PII na oração principal. Dessa forma, nosso *corpus* foi composto por 48 informantes, selecionados a partir das variáveis sociais: sexo (homem/mulher), escolaridade (fundamenta/superior) e idade (15 a 30 anos/31 a 45 anos e 46 a 61 anos).

As entrevistas foram realizadas tomando como base os princípios que regem a Sociolinguística Quantitativa e tentamos ao máximo nos afastar do chamado por Labov (2008) como paradoxo do observador. Assim sendo, organizamos um guia de perguntas para que na hora da entrevista houvesse uma ordem para ser seguida. Essa ordem foi seguida em todas as entrevistas. Como trabalhamos, nesta dissertação, com situações hipotéticas, as perguntas foram realizadas tomando como base esse princípio.

A partir do *corpus*, selecionamos como fatores internos a ordem da sentença e o paralelismo formal. Para o fator ordem da sentença, o subdividimos em ordem canônica e ordem não canônica, porém denominamos outra classificação para as realizações nulas,

uma vez que, na sua grande maioria, os informantes não utilizavam em seus atos de fala nem na ordem canônica nem muito menos a sua ordem invertida, ou seja, não canônica. O mesmo aconteceu com o fator paralelismo. O subdividimos em paralelismo, não paralelismo e realização nula. Esta última subdivisão foi assim denominada tendo em vista que para que haja a ocorrência do paralelismo devem existir verbos em cadeia; logo, para as não ocorrências em cadeia, as classificamos como nula.

Para a análise e discussão dos dados, rodamos nosso *corpus* no programa Gold VARBRUL 2001, também conhecido como VARBRUL. Tal pacote de programas computacionais roda os dados e nos dá o valor probabilístico e o peso relativo; este último nos mostra a relevância dos fatores selecionados. A partir da rodagem, o programa seleciona os fatores estatisticamente relevantes e exclui os que não o são. Dessa forma, dos cinco fatores selecionados por nós como potencialmente relevantes para a nossa pesquisa, um foi excluído, o fator paralelismo formal.

Os fatores selecionados como significativos para o nosso trabalho, pela ordem de seleção feita pelo programa foram: escolaridade, ordem da sentença, idade e sexo. Como foi possível observar, os dados do *corpus* nos revelam a confirmação ou não de algumas hipóteses.

A hipótese geral desse trabalho não foi confirmada e foi de encontro com os resultados obtidos por Barbosa (2005), Costa (1997 e 2003), Silva (1998) e Sousa (2007). A nossa hipótese inicial foi a de que o PII suplantaria o FP na oração principal em contextos hipotéticos, porém os dados não confirmaram a nossa suposição, pois, com 61% o FP suplanta o PII, com apenas 39%, com uma diferença percentual de 22%, ou seja, significativa. A partir daí, podemos concluir que há sim uma alternância entre as formas verbais em questão, porém o FP é mais recorrente. Nos trabalhos citados acima, os dados

confirmaram que tanto o FP quanto o PII ocorrem de forma aproximada na fala dos entrevistados.

Respondendo às questões levantadas no início do trabalho, podemos afirmar que, em relação à escolaridade, o FP favorece os informantes com nível superior (66%), contra (34%) para PII. Já os com nível fundamental, apresentando uma diferença percentual de (12%), podemos concluir que o FP ocorre de forma aproximada tanto para os com o nível superior quanto para os com nível fundamental. Tais dados corroboram nossa hipótese inicial para o fator escolaridade, uma vez que acreditávamos que os informantes com nível fundamental utilizariam mais o PII ao passo que os com nível superior, o FP.

Podemos afirmar também que a ordem não canônica favorece o FP (79%), confirmando nossa hipótese inicial. Já a ordem canônica, em termos percentuais, parece não favorecer mais uma forma do que a outra, uma vez que a diferença percentual entre as duas é de apenas (2%). Todavia, o peso relativo mostra que quando se trata da ordem canônica a aplicação da regra favorece mais o PII (.61).

Nossos resultados, no que diz respeito à ordem da sentença, diferenciam os obtidos por Barbosa (2005), uma vez que, em sua pesquisa, para a ordem canônica, a frequência de FP e de PII é aproximada. No entanto, nossos resultados corroboram com os obtidos por Tapazdi e Salvi (1998), nos quais seus resultados evidenciaram que, na ordem não canônica, no PE é comum ocorrer o PII ao passo que no PB há maior ocorrência de FP.

Sobre o fator idade, podemos constatar que os informantes com idade entre 31 a 45 anos se utilizam mais do FP (67%), ao passo que os informantes com idade entre 15 a 31 anos e 46 a 61 anos apresentam diferenças percentuais muito baixas, o que nos implica dizer que as formas tanto de FP quanto de PII são bem aproximadas. Em relação a esse

fator, a nossa hipótese inicial de que os informantes de 15 a 30 anos tenderiam a usar mais o PII foi confirmada.

O valor percentual para o fator sexo nos mostra que tanto os indivíduos do sexo masculino quanto os do sexo feminino tendem a usar mais o FP, com (54% e 65%), respectivamente. Porém o peso relativo nos mostra que para os indivíduos do sexo masculino PII é mais significativo (.56), ao passo que o FP é mais condicionado pelas mulheres (.56). Nesse fator, a nossa hipótese inicial de que os indivíduos do sexo masculino tenderiam a utilizar mais o PII do que as mulheres foi confirmada.

Sobre o fator do paralelismo formal, o fator excluído na rodagem do VARBRUL, a nossa hipótese foi confirmada. Realmente o paralelismo favorece o PII (.54). Na pesquisa por nós realizada é possível constatar que, quando se emprega a variante PII, ocorre o paralelismo formal, ou seja, segundo Silva (1998) PII leva a PII. Porém foi possível constatar que o não paralelismo favorece o uso de FP (.56).

Nesta dissertação tanto o fator linguístico (ordem da sentença) quanto os fatores extralinguísticos ou sociais (escolaridade, sexo e idade) são considerados estatisticamente significativos pelo VARBRUL. Tendo em vista que em uma pesquisa de Variação Linguística há a ocorrência tanto de fatores sociais quanto internos, concluímos que esta dissertação confirma que a alternância entre o FP e o PII na oração principal em contextos hipotéticos na fala de alagoanos, é um fenômeno de variação, logo, estudada segundo os moldes da Teoria da Variação Linguística.

Tendo em vista que as gramáticas tendem a não estabelecer uma explicação satisfatória em relação ao uso de uma forma verbal pela outra e que ao tentarem fazer isso, suas explicações não são tão satisfatórias, acreditamos que nossa pesquisa foi de fundamental importância para os estudos linguísticos, uma vez que descrevemos que há sim

uma variação entre FP e PII; porém, a partir dos dados, podemos concluir que o FP é a forma verbal mais utilizada pelos falantes da nossa pesquisa.

O fenômeno aqui estudado não é tão percebido pelo falante, uma vez que ele alterna as formas verbais sem se dar conta. Dessa forma, essa alternância não é marcada por medição de valor ou prestígio tampouco pela dicotomia certo *versus* errado.

Creemos que não exista uma forma certa ou errada ao utilizar o FP ou o PII em construções hipotéticas. Acreditamos que exista uma explicação linguística para essa alternância; porém, a princípio, podemos dizer que, dependendo da situação, ou melhor, que em situações hipotéticas, a alternância entre FP e PII é bem visível. Segundo Sousa (2007), a alternância entre as formas verbais em questão não é, de forma alguma, aleatória. Ela se guia pelas necessidades expressivas dos falantes de acordo com suas diferentes necessidades comunicativas.

Pensamos, da mesma forma que Barbosa (2005), que pesquisas comparativas dariam um estudo muito interessante. Dessa forma, pode-se pensar, portanto, que um estudo comparativo entre o FP e o PII com outras línguas, como o PE e/ou Espanhol, seria viável, tendo em vista que essas línguas apresentam aspectos gramaticais parecidos com os nossos. Além do mais, a ampliação do *corpus* para a modalidade escrita e consequentemente um comparativo com a modalidade oral, seria também algo a ser pensado. Logo, acreditamos que os nossos resultados, incorporados aos demais, possam contribuir para os estudos Sociolinguísticos e ampliar as pesquisas no que se refere ao Português falado.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, T. M. *Sociolingüística* : parte 1. In: MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. Introdução à Lingüística 1. Domínios e Fronteiras, 2001.

BARBOSA, T. A. M. *A variação entre futuro do pretérito e pretérito imperfeito do indicativo em orações condicionais iniciadas por “se” na fala de Uberlandenses*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: UFU, 2005.

BAUMGÄETNER, K. e WUNDERLICH, D. *Ansatz zur einer Semantik des deutschen Tempussystem*. Wirkends Wort, Beiheft 20, 1969.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BELINE, R. *A variação lingüística*. In: FIORIN, J. L. Introdução à lingüística. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BERLINCK, R. A. *A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia*. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

BLOOMFIELD, L. *Language*. London, Unwin University Books, 1933.

CAMACHO, R. G. *O formal e o funcional na teoria variacionista*. In: RONCARATI, C., ABRAÇADO, J. (Orgs.). Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: Letras, 2003.

CASTILHO, A. T. de. *A sintaxe do verbo e os tempos do passado em português*. Marília: FFCL, 1967.

CEGALLA, D. P. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 20ª ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1979.

CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic theory – Linguistic Variation and its social significance*. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell, 1996.

CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. The Hague, Mouton and Co., 1957.

CHOMSKY, N. *Knowledge of Language. Its Nature, Origin and Use*. New York: Praeger, 1981.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1995.

COAN, M. *Anterioridade a um ponto de referência passado: pretérito (mais-que-) perfeito*. Dissertação de Mestrado. Santa Catarina: UFSC, 1997.

COAN, M. *As categorias tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente*. Tese de Doutorado. Santa Catarina: UFSC, 2003.

COMRIE, B. *Tense*. 4ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

CORÔA, M. L. M. S. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

COSTA, A. L. dos P. *A variação entre as formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

COSTA, A. L. dos P. *O futuro do pretérito e suas variantes no português do Rio de Janeiro: um estudo diacrônico*. Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

CUNHA, C. & CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, C. *Gramática da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: MEC-FENAME, 1975.

DOMINGOS, R. de F. de. A. *Variação no futuro do pretérito (indicativo e subjuntivo) na função de contemporaneidade a um ponto de referência passado*. Dissertação de Mestrado. Santa Catarina: UFSC, 2004.

DUBOIS, J. Competing Motivations. In: HAIMAN, John (org.). *Typological Studies in Language*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co, 1984. (p. 229-240).

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação, as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.

FISHER, J. L. *Social influences on the choice of a linguistic variant*. *Word*, 14 (47-56), 1958.

FLORES, V. N. e SILVA, S. *Aspecto verbal: uma perspectiva enunciativa do uso da categoria no Português do Brasil*. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever aprendendo a pensar*. 5 ed. Rio: Fundação Getúlio Vargas, 1977.

GIVÓN, T. *Syntax - A functional - typological introduction*. Amsterdam /Philadelphia: J. Benjamins Company, v. 2, 1990.

GIVÓN, T. *Verbal Inflections: Tense, Aspect, Modality and Negation*. In: *English Grammar: A functional-based introduction*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins Company, 1993.

GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins Company, 1995.

GÖRSKI, E. et alii. *Variação nas categorias verbais de tempo e modo na fala de Florianópolis*. In: *Variação e mudança no português falado na região Sul (Vandresen, P (org.))*. Pelotas: Educat, 2002.

GUY, G. R. e ZILLES, A. *Sociolinguística Quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HAIMAN, J. *Conditionals are Topics*. *Language*. V. 54, 1978.

HIRATA, F. B. de M. *A ordem nas construções condicionais do Português escrito no Brasil*. *Estudos Linguísticos*. XXIX – GEL – UNESP, 1998.

HYMES, D. *Language in culture and society*. Harper and Row, New York, 1962.

ILARI, R. *A expressão do tempo em português: expressões da duração e da reiteração, os adjuntos que focalizam eventos, momentos estruturais na descrição dos tempos*. São Paulo: Contexto, 1997.

ILARI, R. *A expressão do tempo em português*. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

JESPERSEN, O. *The Philosophy of Grammar*. London: George Allen e Unwin, 1958 [1924].

KOCH, I. V. e SILVA, M. C. P. de S. *Linguística Aplicada ao Português: Morfologia*. 8ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

LABOV, W. The Social Motivation of the Sound Change. In: _____ *Sociolinguistics Patterns*. Oxford: Basil Blackwell, 1963 [1972].

LABOV, W. *Modelos sociolingüísticos*. Madrid: Cátedra, 1983 [1972].

LABOV, W. *Padrões sociolingüísticos*. Trad. BAGNO, M.; SCHERRE, M. M. P.; CARDOSO, C. R. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LACEY, H. *A linguagem do tempo e do espaço*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LAVANDERA, B. *Where does de Sociolinguistics variable stop?* In: *Language in Society*, Printed in Britain, 1997.

LUCCHESI, D. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da lingüística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MACH, E. Newton's Views of Time, Space and Motion, *In: FEIGL & BROADBECK (Orgs.). Readings in the Philosophy of Science*, 1953.
- MATEUS, M. H. M. et alii. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina – Versão Ampliada, 1983.
- MATOS, S. *Aspectos da semântica e da pragmática do imperfeito do indicativo*. In: Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas. Porto, XIII, 1996.
- MOLLICA, M. C. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- MELO, G. C. de. *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1978.
- MODESTO, A. T. T. *Abordagens funcionalistas*. Revista Letra Magna. Revista eletrônica de divulgação científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, ano 3, n. 4. 1ª semestre de 2006.
- NARO, A. J. *Modelos quantitativos e tratamento estatístico*. *In: Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- NEVES, M. H. de M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, M. H. de M. Gramática do Português Falado. *In: As construções condicionais*. 2ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- PAIVA, M. da C. (et.al). *Sexo*. *In: Introdução à Sociolinguística Variacionista*, 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- PERINI, M. A. *Gramática Descritiva do Português*. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PIETROFORTE, A. V. *A língua como objeto da Lingüística*. In: FIORIN, J. L. Introdução à lingüística. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PINTZUK, S. *Programas VARBRUL*. Tradução de Ivone Isidoro Pinto. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

PONTES, E. Metáforas temporais em Português coloquial. In: PONTES, Eunice. (org.). *A metáfora*. São Paulo. Editora da Unicamp, 1990.

PONTES, E. *Estrutura do verbo no Português Coloquial*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1973.

REICHENBACH, H. *Elements of Symbolic Logic*. New York: The MacMillan Company, 1948 [1947].

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 32ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

ROUSSEAU, P.; SANKOFF, D. *Advances in Variable Rule Methodology*. In: SANKOFF, D. *Linguistic Variation: Models and Methods*. New York: Academic Press, 1978.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SANTOS, A. J. O. O tempo e o aspecto verbal no indicativo em Português. In: *Littera*, n. 10, 1974.

SAPIR, E. *Language, an introduction to the study of speech*. Nova York: Hancourt, Brace and Company, 1929.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Lingüística Geral*. 27. ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 2005 [1916].

SCHERRE, M. M. P. *Reanálise da concordância verbal no português*. Tese de Doutorado em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

SCHIFFRIN, D. *Tense variation in narrative*. In: *Language*, vol. 57, n. 1, p. 45-62, 1981.

SILVA, T. S. da. *A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na fala de Florianópolis*. Dissertação de Mestrado. Santa Catarina: UFSC, 1998.

SOUSA, F. C. *A alternância entre o pretérito imperfeito e o futuro do pretérito na expressão da hipótese*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2007.

SOUZA, A. C. *Pretérito Imperfeito do Subjuntivo? Formas verbais em -sse em contextos que veiculam a noção de posterioridade*. Working Papers em Linguística, nº 5, pp. 91-110, 2001.

TAPAZDI, J. e SALVI, G. *A oração condicional no Português falado em Portugal e no Brasil*. Delta v. 14. n. especial. São Paulo, 1998.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. Série Princípios. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1990

TARALLO, F. *Tempos Linguísticos – Itinerário histórico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

TRAVAGLIA, L. C. *Aspecto verbal no português; a categoria e sua expressão*. Ed: Ver. Universidade Federal de Uberlândia, 1985.

VOTRE, S. Introdução a Sociolinguística. In: *Escolaridade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

WEEDWOOD, B. *História concisa da Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WEINREICH, U., LABOV, W. e HERZOG, M. *Empirical foundations for a theory of language change*. In: W. Lehmann and Y. Malkiel (eds.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.